

“Manda ele sem habeas corpus”, desafiou

Pazuello debocha do Exército e de toda a sociedade, diz Aziz

Fernando Frazão - ABR

Presidente da CPI vai convocar novamente o mentiroso ex-ministro

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, Omar Aziz (PSD-AM), confirmou que Pazuello será reconvoado e advertiu: “Manda ele sem habeas corpus lá... Ele [Pazuello] não vai brincar mais com a CPI e a população

brasileira”. “O desrespeito não foi a mim e aos senadores. Foi um desrespeito à sociedade brasileira e ao Exército brasileiro”, afirmou Aziz, em entrevista no UOL. Para Aziz, “a aposta do governo era do tratamento precoce, era da imunização de rebanho, nunca foi na imunização”. **P. 3**



O ex-ministro da Saúde Pazuello tirou a máscara, quebrou o regulamento militar e promoveu aglomeração

HORA DO POVO
ANO XXXI - Nº 3.807 26 de Maio a 1º de Junho de 2021

Reprodução



Flávio Dino: “Não tenho tempo para um desocupado como Bolsonaro”

“Bolsonaro anda preocupado com o meu peso, algo bem estranho e dispensável. Tenho ótima saúde física e mental. E estou ocupado com vacinas, pessoas doentes, medidas sociais, coisas sérias”, afirmou o governador do Maranhão ao responder às provocações de Bolsonaro. “Não tenho tempo para molecagens e nem para um desocupado como Bolsonaro”, completou. **Página 3**

China divulga as primeiras imagens diretas de Marte

A Agência Nacional Espacial da China (CNSA) divulgou na quarta-feira (19) as primeiras fotos enviadas pelo veículo robótico [rover] Zhurong direto de Marte, que pousou no fim de semana no planeta vermelho. As imagens mostram a implantação da plataforma de pouso, rampa, asa solar, antena e outros mecanismos. **Pág. 7**

Privatização da Eletrobrás vai na contramão do mundo



450 mil mortos, Bolsonaro faz campanha pela 3ª onda

Na segunda-feira (24), o país atingiu a triste marca de 450.026 mortos pela pandemia de Covid-19, segundo os números do consórcio de veículos de imprensa. Na véspera, no domingo, a atitude irresponsável e criminoso do presidente Bolsonaro voltou

a se manifestar, dessa vez ao lado de seu ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Os dois apareceram rindo, sem máscara, promovendo aglomeração e desrespeitando decreto da cidade do Rio de Janeiro que proíbe ajuntamentos neste momento em

que a pandemia segue matando milhares de brasileiros todos os dias. O número de mortos diários, após chegar a perto de cinco mil, diminuiu, mas estacionou. Cientistas advertem para a iminência de uma terceira onda, ainda mais fatal. **Página 4**

“Nenhum país de base hidroelétrica significativa privatiza seu setor elétrico. China, Estados Unidos, Canadá, Rússia, Japão, Suécia, Noruega e Índia não cairam nessa esparrela”, afirmou o ex-conselheiro de Furnas e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Roberto Pereira D’Araújo, em entrevista ao HP, afirmando que a tarifa de energia irá ficar mais cara com a privatização da Eletrobrás. “Hoje, a tarifa está cara mesmo com a Eletrobrás sendo obrigada a vender energia bem abaixo do preço dos privados”, disse. **P. 2**

Consumo de carne cai ao menor nível em 25 anos

O preço da carne disparou nos açougues e supermercados do país em plena pandemia, o que obrigou os brasileiros a cortarem o consumo. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), hoje, cada brasileiro consome 26,4 quilos desta proteína ao ano, queda de quase 14% em relação a 2019, quando ainda não havia crise sanitária. Este é o menor nível desde 1996, início da série histórica da Conab. **Pág. 2**



Araújo, um show de dissimulação e de impostura

O ex-chanceler Ernesto Araújo esbanjou dissimulação e impostura em seu depoimento à CPI. Até os ataques à China que promoveu, ele negou. Ele foi uma espécie de ponta de lança do olavismo no governo. **Página 3**

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

STF vê ação criminosa de Salles para liberar contrabando

Pág. 4

Governo aprova na Câmara privatização da Eletrobrás



MP da privatização segue para o Senado onde será avaliada até 22 de junho

Roberto Pereira D'Araújo, diretor do Ilumina ao HP:

“Nenhum país de base hidroelétrica significativa privatiza seu setor elétrico”

“China, Estados Unidos, Canadá, Rússia, Japão, Suécia, Noruega e Índia não caíram nessa esparrela”, afirma o ex-conselheiro de Furnas

“Nenhum país de base hidroelétrica significativa privatiza seu setor elétrico. China, Estados Unidos, Canadá, Rússia, Japão, Suécia, Noruega e Índia não caíram nessa esparrela”, afirmou o ex-conselheiro de Furnas e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Roberto Pereira D'Araújo, em entrevista ao HP, afirmando que a tarifa da energia irá ficar mais cara com a privatização da Eletrobrás.

“Hoje, a tarifa está cara mesmo com a Eletrobrás sendo obrigada a vender energia bem abaixo do preço dos privados. Cerca de 16% das usinas estão afetadas pela lei 12783/2013 da Dilma, por volta de R\$ 60. Imagine se essa energia subir para R\$ 200”, afirmou o engenheiro. A Câmara dos Deputados divulgou nesta quarta-feira (19) que deve votar a medida provisória (MP 1031/21) de Jair Bolsonaro, que viabiliza a privatização da Eletrobras. Segundo a proposta, o modelo de privatização prevê a emissão de novas ações da estatal na Bolsa de Valores, resultando na perda do controle acionário pela União.

Risco de apagão
No final de abril, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os reservatórios de hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste, que são responsáveis por mais da metade da energia do país, chegaram ao nível de armazenamento mais baixo para o mês desde 2015.

Ao comentar a situação atual dos reservatórios brasileiros, se há risco de um novo apagão, Roberto Pereira D'Araújo afirmou que “ape-



Foto: Divulgação SENG-PR

D'Áraújo: atual modelo fragilizou a estatal

sar da situação hidrológica estar pior do que o ano do racionamento, hoje temos quase 30 GW de térmicas, portanto acho difícil termos outro. O problema é que 40% delas são muito caras e não foram utilizadas antes. Portanto, em parte, quem gerou energia no lugar delas foram as hidráulicas. Ou seja, o esvaziamento da reserva não é só culpa de S. Pedro”.

Sobre a bandeira tarifária, que neste mês está vermelha, D'Araújo sintetizou: “a bandeira tarifária, que já incide sobre uma energia extremamente cara, acaba provocando um ‘racionamento’ via preço. Muitos não vão conseguir pagar e podem ter o risco de ter a energia cortada. A bandeira só adianta um pagamento que deveria ser feito no final do ano da concessão”.

Roberto D'Araújo, no artigo “Opiniões” publicado no site Ilumina, afirma que tanto o modelo mercantil quanto o setor privado “tiveram uma performance pífia e exerceram um papel repleto

de problemas que fragilizou a estatal”.

“O modelo mercantil promoveu uma mimetização e fragmentação típica de sistemas de base térmica. Submetida à essa estrutura, a singularidade brasileira gerou diversos quebra-cabeças, entre os quais, o aumento de custos. Além da separação das óticas de planejamento, operação e comercialização, antes tratadas em conjunto pela Eletrobras, o custo administrativo das três instituições ultrapassaram em muito o custo da Eletrobras. Os defeitos da modelagem recaíram, em parte sobre o consumidor e também sobre a Eletrobras que foi usada para minorar os problemas que surgiram”, escreveu o diretor do Ilumina.

Reproduzimos no site do HP o artigo do especialista publicado no site Ilumina: <https://horadopovo.com.br/nenhum-pais-de-base-hidro-elétrica-significativa-privatiza-seu-setor-elétrico-afirma-roberto-daraujo/>

ANTONIO ROSA

Com venda da Eletrobrás, estado brasileiro perde recursos e poder de gestão, afirma especialista

O ex-engenheiro da Petrobrás, Paulo César Ribeiro Lima, ex-consultor Legislativo do Senado e da Câmara dos Deputados, encaminhou ao HP um artigo em que analisa a Medida Provisória da privatização da Eletrobras que foi levada à votação na Câmara dos Deputados e aprovada pelo plenário.

Segundo o especialista em energia, “o País tem as melhores jazidas de minério de ferro, os melhores campos de petróleo e, talvez, os melhores potenciais de geração de energia hidroelétrica, que são bens da União”. No entanto, afirma, “esses recursos pouco beneficiam o povo brasileiro, principalmente depois da privatização da antiga Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, e da desconstrução da Petrobrás e de outras estatais. Para completar esse quadro, propõe-se, agora, a privatização da Eletrobras”.

Além da União abrir desses recursos naturais e da geração hidroelétrica estatal, na contramão de países como a China, Estados Unidos e a Noruega, Paulo César alerta que as tarifas de energia devem se elevar ainda mais. “A privatização da Eletrobras também segue na linha de o Estado brasileiro renunciar a elevadíssimas receitas ou a reduzir as tarifas de energia elétrica para os consumidores. A elevação da tarifa, que pode chegar a 21%, pode fazer com que o Brasil tenha a mais alta tarifa do mundo em relação à paridade do poder de compra”.

Veja no HP a análise do especialista sobre a MP que privatiza a Eletrobrás: <https://horadopovo.com.br/com-venda-da-eleto-bras-estado-brasileiro-perde-recursos-e-poder-de-gestao-diz-especialista/>



Paulo César Ribeiro Lima é especialista em energia

MP que desmonta o Sistema Eletrobrás foi aprovada por 313 votos a favor e 166 contra. Na contramão do mundo, Brasil abre mão de recursos e será o único país a entregar gestão do setor elétrico. Tarifas ficarão mais caras

A Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta quinta-feira (20) a Medida Provisória 1031/21 que privatiza a Eletrobrás, por 313 votos a favor e 166 contra.

A privatização da Eletrobrás, estatal responsável por 30% da energia gerada no país e a maior empresa de energia elétrica da América Latina, é uma das prioridades do ministro da Economia, Paulo Guedes, com aval de Jair Bolsonaro, em sua sanha de “vender todas as estatais” e transferir os recursos arrecadados com a entrega do patrimônio para o sistema financeiro.

A Eletrobrás detém 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas a gás natural, óleo e carvão, duas termoeletricas, 62 usinas eólicas e uma usina solar, toda uma estrutura construída pelos brasileiros com recursos públicos ao longo de décadas e todo o investimento já pago. Possui quase metade do total das linhas de transmissão do país: 71.153,60 km.

Os parlamentares que se manifestaram contra a privatização da Eletrobrás denunciaram que além de entregar o patrimônio, qualquer prejuízo que as empresas privadas venham a ter será bancada pela União e os consumidores vão pagar a conta com aumento nas tarifas, como admitiu a própria Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), uma alta de 16,7%. Para parlamentares da oposição é a “MP do apagão e do tarifaço”.

“MP do apagão e do tarifaço”

Durante os debates no Plenário da Câmara, deputados lembraram o episódio do Amapá quando a empresa privada, estrangeira, deixou no apagão 13 cidades, durante 20 dias, em novembro do ano passado, em plena pandemia. O problema só foi solucionado graças à Eletrobrás.

Para o líder da oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ), “o Brasil vai na contramão do mundo, assim como foi ao lidar com a pandemia”. “Na Índia, Rússia, Noruega, Suécia, China e nos Estados Unidos, nenhum desses países entregou a gestão da hidroeletricidade para a iniciativa privada”, declarou.

“Qual a justificativa para, em um momento de pandemia, liquidar o patrimônio público do povo brasileiro, e fazer isso no momento em que os países desenvolvidos estão reestatizando as suas companhias?”, questionou o deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP).

“A Eletrobras apresenta um resultado de R\$ 6,5 bilhões de lucro no ano de 2020. É uma empresa que tem R\$ 15 bilhões em caixa. Que Estado nacional pega um patrimônio desse, que coordena, organiza todo o setor elétrico, e entrega para a iniciativa privada?”, questionou o deputado Renildo Calheiros, líder do PCdoB.

Renildo Calheiros lembrou o presidente Getúlio Vargas ao defender a criação da Eletrobrás. “Veja o que disse Getúlio Vargas: ‘pedem as empresas de serviços elétricos câmbio para pagar as instalações a serem feitas, e pedem

uma base média de 30 milhões de dólares por ano. Nessas condições não há investimentos. Se fornecer através de câmbio os dólares para a compra das instalações, onde estará o capital estrangeiro? Eu não pretendo nacionalizar nem bens nem o capital estrangeiro, não pretendo encampar nem desapropriar empresas. O que tenho como dever é evitar a desnacionalização do Brasil. Eis por que se impõe a criação da Eletrobrás”.

O líder do PT, deputado Bohn Gass (PT-RS), enfatizou que a MP vai aumentar a conta de luz. “Se votarmos essa medida, seremos coniventes com o aumento de preços. De cara, a energia ficará 20% mais cara”, disse. Ele afirmou ainda que o governo quer perder controle da “maior empresa de energia da América Latina”.

“A Eletrobrás tem um valor inestimável, não é só econômico, para o desenvolvimento do país, do comércio, da indústria, do serviço. O PIB do Brasil depende da energia e a empresa estatal vai criar condições para o país voltar a crescer no período pós-pandemia”, destacou o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). “É uma empresa estatal, lucrativa, o PDT é contra a privatização”.

O deputado Marcelo Freixo (Psol-RJ) rebateu as afirmações de que a MP teria que ser aprovada para ter investimento.

“A Eletrobrás dá lucro, o governo não investe porque não quer. Esse é um projeto e tem que ser desmascarado uma vez por toda, porque parece que para ter investimento tem que privatizar. Não, o maior retorno é o da qualidade de serviço público, porque essa empresa é lucrativa. Não tem investimento porque não quer, porque estão sucateando como projeto. Não faz investimento, não permite que a Eletrobrás participe de leilão, retira do poder público sua capacidade de investimento”, afirmou Freixo.

“O investimento pode e deve ser feito por investimento público gerado pela própria empresa que é lucrativa. Não temos que aceitar que qualidade melhora se for privatizada. Não é verdade. Qual é a questão? A questão é o estado mínimo. É o mesmo discurso sobre a Petrobrás, o Banco do Brasil, os Correios. Isso é um projeto de país que passa pela mentalidade tacaña de Paulo Guedes, que pensa nos fundos de pensão, que pensa numa lógica de mercado, que não tem compromisso com o poder público, porque nunca teve vida pública, faz do governo um balcão de negócios, faz do governo interesse privado”, enfatizou Marcelo Freixo.

Para o deputado, pela importância do tema, o debate tinha que passar por comissão mista, audiência pública, para ouvir os especialistas do setor. “A Câmara não estaria votando nesse momento onde toda a sociedade estaria olhando o trapalhão do Pazzuelo”, disse.

A proposta será analisada também pelo Senado Federal até 22 de junho, quando a MP perde a validade. Os parlamentares da oposição afirmaram que a luta em defesa da estatal continua no Senado, na Justiça e nas ruas.



Alta de 35% em 12 meses até abril Com Bolsonaro, comer carne ficou impossível para muitos brasileiros

Consumo de carne é o menor em 25 anos

O preço da carne disparou nos açougues e supermercados do país em plena pandemia, o que obrigou os brasileiros a cortarem o consumo de carne bovina para o menor nível em 25 anos.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), hoje, cada brasileiro consome 26,4 quilos desta proteína ao ano, queda de quase 14% em relação a 2019, quando ainda não havia crise sanitária. Este é o menor nível desde 1996, início da série histórica da Conab.

Só nos primeiros quatro meses deste ano, o consumo per capita de carne bovina caiu mais de 4% em relação a 2020, estima a Conab.

Com o agravamento da pandemia, desemprego recorde e queda na renda, em particular, após violento corte no auxílio emergencial para menos da metade e para metade dos que receberam no ano passado e que ficaram sem receber por quase quatro meses, a população ficou ainda mais pobre. O auxílio emergencial não paga nem a metade de uma cesta básica, que está, em média, em R\$ 630, segundo o Dieese. São quase 20 milhões de brasileiros na extrema pobreza e mais da metade da população vivendo a insegurança alimentar.

Na contramão do mundo, dos países que promoveram medidas para garantir segurança alimentar diante da mais grave crise sanitária da história, Bolsonaro lavou as mãos e não fez nada para conter o avanço no preço das carnes, favorecendo as exportações em detrimento do mercado interno.

Frete à carestia dos preços dos alimentos, que, além da carne, tirou da mesa do brasileiro o tradicional arroz com feijão, Bolsonaro não propôs nenhuma solução para aliviar a população deste sofrimento, pelo contrário, incentivou a exportação predatória e declarou que não ia “interferir no mercado, tem que valer a lei da oferta e procura”.

E os preços não pararam de subir. Segundo a última sondagem feita pelo IBGE, o preço das carnes em geral subiu 35% no país nos 12 meses até abril. Na cadeia dos preços dos alimentos, a alta de um alimento gera o aumento de outros, é um efeito dominó. Com o preço absurdo da carne, os brasileiros estão buscando consumir frangos, suínos, entre outras proteínas mais baratas, como o ovo, por exemplo, que é um dos itens alimentares mais usados pelas famílias pobres. Todos estes produtos estão mais caros nas gôndolas dos supermercados.

Em 12 meses, a carne de porco acumula alta de 29,88%. O frango inteiro e frango em pedaços acumulam altas de 13,38% e 14,62%, respectivamente. Já o ovo de galinha subiu 5,27% neste período, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

Mas a verdade é que a carne já estava cara antes da Covid-19 desembarcar no Brasil. De janeiro de 2019 a janeiro de 2020, acumulava alta de 26,09%, segundo dados do IBGE.

Com continuidade da crise econômica de 2014/2016, crise que se agravou diante dos desatinos de Bolsonaro e por conta da pandemia da Covid 19, o agronegócio manteve sua estratégia de obter margens maiores de lucro no exterior, com alta demanda internacional pela proteína, particularmente da China, mas, principalmente, graças à forte desvalorização do real frente ao dólar. Somando isso à política do mercado interno de atrelar os preços dos produtos nacionais aos preços internacionais das commodities, grãos, combustíveis, etc., o Brasil, que tem o maior rebanho bovino do mundo, a partir de 2019, passou a vender a carne mais cara para o seu próprio povo.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290, Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Governador Flávio Dino, do PCdoB-MA

“Não tenho tempo para um desocupado como Bolsonaro”, diz governador do Maranhão

Sem ter o que fazer na luta contra a pandemia, a não ser atrapalhar, Jair Bolsonaro resolveu agredir o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), nesta sexta-feira (21), ao visitar Açailândia, uma das três cidades do Estado onde seus apoiadores venceram a última eleição.

Ele chamou o governador de “gordo” e, mais uma vez, desdenhando a ajuda que a China “comunista” vem dando ao Brasil com as vacinas contra o coronavírus, o capitão cloroquina achou que estaria atingindo Flávio Dino ao dizer que o comunismo “não deu certo em lugar nenhum.” O que a CPI da Pandemia está apontando é que o que não está dando certo mesmo é o do desgoverno Bolsonaro.

A resposta do governador do Maranhão às provocações e às baixarias de Bolsonaro veio na mesma hora, e no tom combativo e irônico, típico dos embates políticos do governador maranhense. “É um despreparado que não sabe nem a diferença entre Coreia do Sul e Coreia do Norte”, disse Flávio Dino, referindo-se à confusão que Bolsonaro fez entre os dois países.

“Bolsonaro anda preocupado com o meu peso, algo bem estranho e dispensável”, prosseguiu Dino. “Tenho ótima saúde física e mental. E estou ocupado com vacinas, pessoas doentes, medidas sociais, coisas sérias. Trabalho muito. Não tenho tempo para molecagens, cercadinhas e passeios com dinheiro público”, acrescentou o chefe do Executivo maranhense.

Flávio Dino, que mantém o Maranhão com a menor taxa de mortalidade de Covid-19 por 100 mil habitantes do país, afirmou que não tem tempo para perder com desocupados. Ele afirmou que “Bolsonaro não passa de um desocupado e amigo da mentira, que viajou ao Maranhão para fazer propaganda eleitoral com dinheiro público”. “Bolsonaro é inimigo do trabalho sério. Desocupado, se dedica a passeios e a atacar países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas”.

Dino cobrou que Bolsonaro devia estar cuidando da população e ajudando o país a enfrentar a pandemia, mas que só pensa em fazer aglomerações e propaganda eleitoral ilegal, além de fora de hora. “É um despreparado. E é um reconhecido amigo da mentira. Veio ao Maranhão fazer propaganda eleitoral com dinheiro público. Espero que os órgãos competentes tomem as providências legais”, disse o governador.

A jornalista e ex-deputada Manuela d’Ávila, correligionária de Dino, afirmou: “Bolsonaro, que deveria se preocupar com a vida dos brasileiros e lutar para garantir vacinas, ataca quem trabalha pelo nosso país”. E acrescentou: “Flávio Dino tem atuado para salvar vidas e garantir vacinas para o povo brasileiro, inclusive lindando com todos os conflitos gerados por Bolsonaro. O Maranhão tem uma das melhores gestões durante a pandemia é o que assusta e intimida o genocida”.

Vários parlamentares manifestaram repúdio aos ataques de Bolsonaro. O vice-líder do PCdoB na Câmara, deputado federal Orlando Silva (SP), destacou: “Governador, sua gestão é uma referência nacional, um orgulho para o país, daí os ataques de um incapaz com pendor de tirano. Minha solidariedade!”.

Já o deputado federal Daniel Almeida (BA) apontou: “Desrespeitoso e amoral, é esse o tipo de ataque que Bolsonaro costuma fazer. Vale lembrar, que sob o comando de Flávio Dino o Maranhão está entre os governos mais eficientes do Brasil. Pega a dica aí, presidente!”. Se manifestaram também a deputada Jandira Feghali, do Rio de Janeiro, Alice Portuga, da Bahia, e a deputada Professora Marcivânia, do Amapá.

Pazuello desrespeitou os brasileiros na CPI, diz Aziz



Bolsonaro e seus seguidores no domingo “eram os motoqueiros do apocalipse”, diz

Araújo, show de dissimulação e impostura

Quem acompanhou o depoimento do ex-ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, Ernesto Araújo, nesta terça-feira (18), na CPI da Covid-19 do Senado Federal, pode faltar-se de um verdadeiro show de dissimulação e impostura.

Araújo foi, até sua exoneração do Itamaraty, uma espécie de ponta de lança do olavismo no governo, adepto fervoroso e declarado do “filósofo da Virgínia” e de suas teses negacionistas.

No entanto, ao se apresentar na Comissão, parecia outra pessoa, tentando convencer os senadores e a atenta audiência que ele não desacatou a China em nenhum momento, embora tenha se referido à pandemia, em artigo, como “comunavírus”, entre outras excrescências frequentemente repetidas pelo próprio Bolsonaro.

Nem mesmo a intervenção incisiva da senadora Kátia Abreu que o acusou de desonrar a diplomacia brasileira e os ensinamentos do Instituto Rio Branco mexeu com os brios do ex-ministro.

As considerações iniciais do presidente Omar Aziz de que Araújo faltara com “a verdade” ao dizer que não havia afrontado a China sinalizaram para o depoente que os senadores não estavam dispostos a aceitar tergiversações.

Ao final e ao cabo, a maior fragilidade do depoimento de Araújo foi, sem dúvida, além da escamoteação dos ataques à China, a tentativa frustrada de demonstrar que, quando ministro, atuou para incorporar o Brasil na Covax, a aliança mundial de vacinas, criada em junho de 2020.

Ficou evidente, pelos fatos, que a diplomacia que estava sob seu comando falhou seriamente numa questão que poderia ter contribuído para que as vacinas chegassem mais rapidamente ao país ainda no ano passado.

Senão, vejamos:

ABRIL DE 2020

A primeira reunião da aliança de vacinas ocorreu sem a presença do Brasil. No encontro, que foi realizado com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a União Europeia, nenhum diplomata brasileiro fez parte. O Itamaraty, à época, justificou a ausência em razão do estudo de “outras alianças”. Nessa época, a aliança ainda não era conhecida como “Covax”, mas as negociações já existiam, com a participação de governos, inclusive latino-americanos. A ideia do consórcio também já havia sido estabelecida, assim como as regras do que seria a aliança. Em

seu lançamento oficial, em abril, o consórcio contou inclusive com a presidente da Comissão Europeia, Ursula van der Leyen. A representação da América Latina na aliança ficou com Carlos Alvarado, presidente da Costa Rica. Ele pediu o respaldo ao multilateralismo.

MAIO DE 2020

Quase um mês depois, em 18 de maio, uma segunda reunião foi realizada e, mais uma vez, com o Brasil ausente. Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, comemorou os resultados do encontro. “Líderes de mais de 40 países se uniram”, indicou. Segundo ele, o que os governos fizeram foi “demonstrar solidariedade global”. O etíope alertou que existia o potencial de “ondas contínuas” de contaminação do vírus. Nesse contexto, uma vacina é necessária. “O vírus vai estar presente por um longo tempo e precisamos nos unir para dar uma resposta”, afirmou. O Itamaraty, instado sobre a ausência do país em tão importante iniciativa, sequer deu uma resposta sobre o evento.

JUNHO DE 2020

Somente em junho o Itamaraty enviou uma carta à OMS solicitando que a participação do país fosse considerada. Numa outra carta enviada no final de agosto para as entidades internacionais, o governo indicava que tinha interesse em fazer parte do projeto para adquirir vacinas para o equivalente a 20% de sua população.

SETEMBRO DE 2020

Ainda no início de setembro, o governo Bolsonaro não havia definido se aderiria ao projeto, mesmo depois de enviar cartas de interesse à cúpula da OMS. Na véspera do fim do prazo final para a adesão aos contratos, o governo brasileiro ainda avaliava se iria fazer parte da Covax.

Finalmente, quando definida a participação do país, a opção foi por comprar o mínimo de doses autorizadas no mecanismo, o equivalente a 10% da população nacional, quando era possível a solicitação de até 50% de cobertura. O pretexto apresentado à época foi de que o sistema de aquisição era muito rígido, associado ao fato de que o governo firmara acordo com a AstraZeneca, diante de um pandemia resiliente que exigia não apenas uma, mas uma farta cesta de imunizantes para a cobertura de milhões de vidas.

Questionado sobre essa decisão, Araújo jogou no colo do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que depõe, não por coincidência, nesta quarta-feira (19), na mesma CPI.

O ex-ministro também

Exército abre processo disciplinar contra Pazuello

O comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, abriu um processo disciplinar contra o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por ter participado do ato no domingo (23) ao lado de Bolsonaro, no Rio de Janeiro.

Sem máscara e aglomerando, Pazuello participou do ato ao lado de Jair Bolsonaro e até fez discurso em cima do carro de som.

O Estatuto dos Militares e o Regulamento Disciplinar do Exército proíbem que militares de ativa participem de

seu lançamento oficial, em abril, o consórcio contou inclusive com a presidente da Comissão Europeia, Ursula van der Leyen. A representação da América Latina na aliança ficou com Carlos Alvarado, presidente da Costa Rica. Ele pediu o respaldo ao multilateralismo.

MAIO DE 2020

Quase um mês depois, em 18 de maio, uma segunda reunião foi realizada e, mais uma vez, com o Brasil ausente. Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, comemorou os resultados do encontro. “Líderes de mais de 40 países se uniram”, indicou. Segundo ele, o que os governos fizeram foi “demonstrar solidariedade global”. O etíope alertou que existia o potencial de “ondas contínuas” de contaminação do vírus. Nesse contexto, uma vacina é necessária. “O vírus vai estar presente por um longo tempo e precisamos nos unir para dar uma resposta”, afirmou. O Itamaraty, instado sobre a ausência do país em tão importante iniciativa, sequer deu uma resposta sobre o evento.

JUNHO DE 2020

Somente em junho o Itamaraty enviou uma carta à OMS solicitando que a participação do país fosse considerada. Numa outra carta enviada no final de agosto para as entidades internacionais, o governo indicava que tinha interesse em fazer parte do projeto para adquirir vacinas para o equivalente a 20% de sua população.

SETEMBRO DE 2020

Ainda no início de setembro, o governo Bolsonaro não havia definido se aderiria ao projeto, mesmo depois de enviar cartas de interesse à cúpula da OMS. Na véspera do fim do prazo final para a adesão aos contratos, o governo brasileiro ainda avaliava se iria fazer parte da Covax.

Finalmente, quando definida a participação do país, a opção foi por comprar o mínimo de doses autorizadas no mecanismo, o equivalente a 10% da população nacional, quando era possível a solicitação de até 50% de cobertura. O pretexto apresentado à época foi de que o sistema de aquisição era muito rígido, associado ao fato de que o governo firmara acordo com a AstraZeneca, diante de um pandemia resiliente que exigia não apenas uma, mas uma farta cesta de imunizantes para a cobertura de milhões de vidas.

Questionado sobre essa decisão, Araújo jogou no colo do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que depõe, não por coincidência, nesta quarta-feira (19), na mesma CPI.

O ex-ministro também

manifestações políticas. O Regulamento Disciplinar diz que é proibido para militares da ativa “manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária”.

Na segunda-feira (24), o comandante Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira se reuniu com o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, para discutir a participação de Pazuello na manifestação.

Eduardo Pazuello terá que enviar sua defesa nos próximos dias. Depois disso, Paulo Sérgio Nogueira de

“Ele não vai brincar mais com a CPI”, adverte o presidente da CPI da Pandemia. “Manda ele sem habeas corpus lá”, cobra

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, Omar Aziz (PSD-AM), avalia que os depoimentos e documentos obtidos pela Comissão provam que o governo Bolsonaro “nunca apostou na vacina. Apostou na imunização de rebanho e no tratamento precoce”.

“A aposta do governo – e eu que estou afirmando – era do tratamento precoce, era da imunização de rebanho. Nunca foi na imunização através das duas doses para cada brasileiro, o que teria evitado muitas mortes e estaria evitando neste momento”.

Omar Aziz disse que servem como prova os fatos de que o governo Bolsonaro não respondeu os emails da Pfizer, que oferecia 70 milhões de doses de vacina a partir de dezembro de 2020, lançou o aplicativo TrateCov, que orientava o uso de cloroquina em todos os infectados pelo coronavírus, e estudou mudar a bula da cloroquina para incluir o tratamento contra a Covid-19, ignorando a Ciência.

“No meu entendimento, o Brasil nunca apostou na vacina. Apostou na imunização de rebanho, no tratamento precoce e chegou ao ponto de criar um aplicativo, chamado TrateCov, e usou a cidade de Manaus como cobaia”, disse.

Em entrevista ao UOL, Omar contou que o presidente mundial da Pfizer enviou uma carta para Jair Bolsonaro, em agosto de 2020, oferecendo doses de vacinas e preferência na distribuição do imunizante. A carta ficou dois meses sem ser respondida.

“A carta já tinha dois meses e ninguém tomou providência nenhuma, ninguém teve a mínima vontade de ligar de dizer ‘nós temos interesse de comprar vacina’”. Aí o ministro Pazuello vai lá, diz que tava negociando, diz que tinha correspondência, que nós até hoje não recebemos”.

“Recebemos as correspondências feitas pela Pfizer, mas não as do Ministério da Saúde, que ele [Pazuello] diz que tem. Estamos esperando isso, já solicitamos”.

A Pfizer entregou para a CPI dez emails que enviou para o governo Bolsonaro, nos quais fez ofertas de milhões de doses de vacina e depois pedia uma resposta.

Em depoimento, no qual deveria falar a verdade, Pazuello disse que, independente de não ter respondido os emails da Pfizer, a negociação corria. Ele não provou até agora.

Omar Aziz confirmou, durante a entrevista, que o ex-ministro Pazuello será reconvoado para depor na CPI e que, caso não esteja protegido por um habeas corpus preventivo e continue mentindo, “sairá algemado”.

Otto: “dos 441 mil mortos, 302 mil eram aposentados, provedores de família. Será que Jair Bolsonaro não se sensibilizou?”

O senador Otto Alencar (PSD-BA), membro da CPI da Pandemia, disse que mais de 300 mil aposentados morreram de Covid-19 no Brasil e questionou o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello: “Isso não sensibilizou o senhor nunca? O presidente da República não se sensibilizou?”.

“Dos 441 mil, tem 302 mil que eram aposentados, com mais de 60 anos e morreram”, disse Otto.

“Eram os provedores dos filhos, dos netos, da mulher viúva que chora, os irmãos que não vão ter mais o provedor para levar o alimento”, afirmou.

Otto anunciou que vai apresentar um projeto para que “quando aquele aposentado que morreu por Covid-19 era o único provedor da família a sua aposentadoria seja transferida para algum parente, alguém que possa criar as crianças”.

O desabafo do senador foi feito durante o depoimento de

“Manda ele sem habeas corpus lá... Ele [Pazuello] não vai brincar mais com a CPI e a população brasileira, ele não tirará mais essa graça. Não foi desrespeito a mim e aos senadores, foi desrespeito à sociedade brasileira”.

O presidente da CPI disse, ainda, que não haverá espaço para mentiras na CPI. “Não espere que eu tenha paciência. Se eu, amanhã, tomar a decisão de prender um depoente mentiroso, tenha certeza que a CPI não acabará. Acabaria [caso tivesse prendido Fábio Wajngarten] porque estava no início. Hoje não, está consolidada”.

Se alguém mentir sob juramento, “não tenha dúvida de que sairá preso de lá”.

No primeiro depoimento, Eduardo Pazuello disse que nunca foi desautorizado por Jair Bolsonaro para não comprar vacinas, sendo que Bolsonaro chegou a publicar nas redes sociais que não iria comprar a “vacina chinesa do João Dória”, e que nunca lançou o aplicativo TrateCov, mesmo que isso tenha sido noticiado na TV Brasil.

“O que nós ouvimos, principalmente do ministro Pazuello, parece que eles isentam o tempo todo o presidente de qualquer responsabilidade, principalmente na compra de vacinas”.

“Para cada fato ele criou uma versão. Ele cria uma versão sobre a vacina, o presidente diz ‘quem manda sou eu, não vou comprar essa vacina chinesa’ e ele chega na CPI e diz que o presidente nunca desautorizou para não comprar vacina”.

“Até as pessoas que são fanáticas e que apoiam o atual presidente sabem que ele [Pazuello] mentiu”, continuou.

AGLOMERAÇÃO

No domingo (23), o ex-ministro Eduardo Pazuello participou de uma manifestação bolsonarista no Rio de Janeiro. Ao lado de Jair Bolsonaro, Pazuello se aglomerou e ficou sem máscara. A CPI, Pazuello tinha dito que defende que as pessoas não devem se aglomerar e devem usar máscara para se prevenir do coronavírus.

Pazuello já tinha sido fotografado dentro de um shopping, em Manaus, sem máscara, mas disse que caminhou poucos metros desprotegido porque estava indo comprar uma máscara nova.

Omar Aziz disse que Pazuello subiu no caminhão de som e tirou a máscara “consciente” do que estava fazendo. “Eu não vi ninguém lá em cima vendendo máscara”.

Jair Bolsonaro organizou um “passeio de moto” para espalhar mais o vírus. Para Aziz, “eram os motoqueiros do apocalipse. Houve aglomeração e pode causar a morte de pessoas. Qual era o objetivo daqueles motociclistas?”.

Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, à CPI. Otto, que é médico formado pela Universidade Federal da Bahia, usou da sua fala para mostrar o quanto Pazuello era incapaz de exercer as funções de um ministro da Saúde, ainda mais no meio de uma pandemia.

“O senhor não sabe nem o que é a doença, não sabe nada da doença, não poderia ser ministro da Saúde, pode ter certeza absoluta”.

“Para conhecer e tratar uma doença antes de tudo o senhor tinha que estar com a consciência certa de que tinha o domínio do que era a doença e o senhor confessa que não sabia absolutamente nada”, continuou.

“Isso só acontece no Brasil e nesse governo. É um governo que não tem compromisso com absolutamente nada na saúde. Governo em que o presidente nunca visitou um hospital de campanha”.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senador Otto Alencar (PSD-BA), membro da CPI da Covid

Ciro: nossa tarefa é derrotar Bolsonaro e construir um projeto para o país, livre do rentismo

A Fundação Maurício Grabois, do PCdoB, realizou um debate com o ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, vice-presidente do PDT, e os economistas Maryse Farhi, José Luís Oreiro e José Carlos de Souza Braga sobre como “reorientar a economia financeira para uma economia produtiva”.

O evento, organizado pela cátedra Cláudio Campos, aconteceu na tarde do sábado (22) pela internet. A sétima mesa do seminário, sob o tema “Reorientar a economia financeira para uma economia produtiva” foi mediada pelo economista da Fundação Maurício Grabois, Aloisio Sergio Barroso, e trouxe ainda os professores de economia José Carlos de Souza Braga (Unicamp); José Luís Oreiro (UnB), e Maryse Farhi (Unicamp).

Para Ciro, “nossa tarefa é construir um projeto para o país” e derrotar Bolsonaro, que ele avalia já rejeitado pela população brasileira. O ex-governador e ex-ministro ponderou como viável a formação de uma Frente Ampla para superar o atual governo e o desmonte do Estado brasileiro.

Ciro Gomes disse que a base para a reorientação da economia financeira para a economia produtiva deve ser a atuação do Estado. Ao contrário do que pregam os “intelectuais” neoliberalistas, Ciro disse que o Estado nacional deve ser “forte e energizado, com alta taxa de investimentos”.

“Nunca aconteceu infraestrutura em país nenhum sem investimento do Estado”, enfatizou o ex-governador. Ciro afirmou que o principal entrave para que o Estado tenha esse papel é, hoje, o teto de gastos aprovado no governo de Michel Temer.

“As interdições fiscais de uma pseudo-austeridade se mostraram uma mentira”, afirmou. Ciro classificou as famigeradas “reformas” (Previdência, trabalhista) como um “assalto patrimonialista, que transformam o Estado brasileiro numa ferramenta de transferência de renda do setor produtivo para alguns rentistas”.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

STF vê atuação criminosa de Salles para liberar madeira contrabandeada

Ministro Alexandre de Moraes apontou “movimentação extremamente atípica” de R\$ 14 milhões realizada pelo escritório em que Salles é sócio junto com a sua mãe

Ao determinar a quebra de sigilo fiscal e bancário do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes apontou uma “movimentação extremamente atípica” de R\$ 14 milhões realizada pelo escritório de advocacia do qual Salles é sócio.

A Operação da Polícia Federal sobre o esquema de contrabando de madeira da Amazônia, realizada na manhã da quarta-feira (19), teve como um dos principais alvos de investigação o ministro bolsonarista. Segundo a PF, Salles faz parte de uma organização criminosa que atua para liberar a exportação de madeira ilegal.

A decisão de Moraes aponta que relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) indicou “movimentação extremamente atípica” envolvendo Salles. Entre 1º de janeiro e 2012 e 30 de junho de 2020, o escritório do qual o ministro é sócio, com 50% de participação, movimentou pouco mais de R\$ 14 milhões, “situação que recomenda, por cautela, a necessidade de maiores aprofundamentos”, disse.

https://tpc.googlesyndication.com/safeframe/1-0-38/html/container.html Ao justificar a medida, o ministro alerta ainda que “o crime de lavagem de dinheiro, por sua própria natureza e finalidade, pode ser praticado através do uso de pessoas físicas e/ou jurídicas interpostas, tudo com o objetivo de dificultar o rastreamento da origem ilícita dos recursos”.

“Desto modo, é imprescindível para o decorrer das investigações que a autoridade policial tenha acesso aos dados bancários e fiscais das pessoas físicas e jurídicas mencionadas e que estão sendo investigadas pela prática de diversos crimes”.

Além das medidas de busca e apreensão, o despacho do STF determinou também a quebra dos sigilos de outros nove funcionários do Ibama além do afastamento do atual presidente da pasta, Eduardo Fortunato Bim.

Por determinação do STF, também foram afastados o assessor especial do gabinete do ministro do Meio Ambiente, Leopoldo Pentead Butkiewicz; o superintendente de Apuração de Infrações Ambientais, Wagner Tadeu Matiota; o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olímpio Ferreira Magalhães; o analista ambiental e diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama, João Pessoa Riograndense Moreira Junior; o também analista ambiental e coordenador-geral de Monitoramento do Uso da Biodiversidade e Comércio Exterior do Ibama, Rafael Freire de Macedo; o coordenador de Operações de Fiscalização do Ibama, Leslie Nelson Jardim Tavares; o coordenador de Inteligência de Fiscalização do Ibama, André Heleno Azevedo Silveira; e o analista ambiental do Ibama no Pará, Artur Vallinoto Bastos.

Outro nome investigado é o de Olivandi Alves Azevedo Borges, que ocupou o cargo de diretor de Proteção Ambiental entre janeiro de 2019 e abril de 2020, e depois de secretário adjunto da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, onde ficou até setembro do ano passado.

O esquema criminoso envolveria ainda cinco empresas madeireiras: Conflorestas, Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex), Ebata Produtos Florestais, Tradelink Madeiras, e Wizi Indústria Comércio e Exportação de Madeiras.

OPERAÇÃO AKUANDUBA

A decisão de Moraes também autorizou o cumprimento de 35 mandados de busca e apreensão. Entre os alvos da ação, batizada de operação Akuanduba, estão três endereços ligados a Salles no Distrito Federal e nos estados de São Paulo e Pará.

Salles é suspeito de beneficiar empresários do ramo madeireiro. Em trechos da investigação descritos na decisão de Moraes, a PF aponta um conluio entre servidores do Ibama diretamente nomeados pelo ministro e as empresas do ramo madeireiro para a exportação e a regularização da situação da madeira extraída no País.

De acordo com a PF, as investigações começaram em janeiro, “a partir de informações obtidas junto a autoridades estrangeiras noticiando possível desvio de conduta de servidores públicos brasileiros no processo de exportação de madeira”.

Em janeiro de 2020, o United States Fish and Wildlife Service (FWS) deteve para inspeção três contêineres de madeira exportados do Brasil pela empresa Tradelink. Como as cargas não possuíam documentação do Ibama, o FWS solicitou ao órgão ambiental a confirmação relativa à legalidade dos embarques. Uma semana depois, uma carta do Ibama informou que as cargas não foram analisadas e que haviam sido exportadas sem autorização prévia.

Entretanto, no mês seguinte, o então superintendente do Ibama no Pará, Walter Mendes Magalhães, enviou diversas cartas na tentativa de garantir a liberação das cargas e, apesar da determinação anterior de ilegalidade e notificação de violação feita anteriormente pelo próprio Ibama, as cartas do superintendente legitimavam os envios e defendiam sua libertação da detenção.

Duas associações de madeireiros pressionaram então o presidente do Ibama, Eduardo Bim, para mudar o entendimento do Ibama e fazer valer que apenas a apresentação do Documento de Origem Florestal, que é emitido pelas próprias extratoras de madeira, já seria o suficiente para atestar a legalidade da carga.

O pedido foi atendido com a edição, pelo presidente do Ibama, de um “despacho interpretativo”. A PF indica a participação de Salles nas tratativas para edição de tal despacho, citando reunião entre o ministro, as empresas que tiveram materiais apreendidos pelos EUA, Bim, o diretor de Proteção Ambiental Olivandi Alves Borges de Azevedo, além de parlamentares.

“Na sequência, pelo que consta da representação da autoridade policial, houve o: ‘atendimento integral e quase que imediato da demanda formulada pelas duas entidades, contrariamente, inclusive ao parecer técnico elaborado por servidores do órgão, legalizando, inclusive com efeito retroativo, milhares de cargas expedidas ilegalmente entre os anos de 2019 e 2020’”, registrou Alexandre ao detalhar as condutas atribuídas pela PF à Salles.

Além disso, os investigadores apontaram que, na sequência da aprovação do despacho que atendeu os pedidos das madeireiras, ‘servidores que atuaram em prol das exportadoras foram beneficiados pelo Ministro com nomeações para cargos mais altos, ao passo que servidores que se mantiveram firmes em suas posições técnicas, foram exonerados por ele’.

De acordo com uma estimativa da PF, divulgada em nota, o despacho “resultou na regularização de mais de 8 mil cargas de madeira exportadas ilegalmente entre os anos de 2019 e 2020”.

“A situação que se apresenta é de grave esquema criminoso de caráter transnacional. Esta empreitada criminosa não apenas realiza o patrocínio do interesse privado de madeireiros e exportadores em prejuízo do interesse público, notadamente através da legalização e de forma retroativa de milhares de carregamentos de produtos florestais exportados em dissonância com as normas ambientais vigentes entre os anos de 2019 e 2020 mas, também, tem criado sérios obstáculos à ação fiscalizatória do Poder Público no trato das questões ambientais com inegáveis prejuízos a toda a sociedade”, alega a PF, em trecho reproduzido na decisão de Moraes.

PASSAR A BOIADA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) também determinou a reabertura do inquérito sobre a fala do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobre “passar a boiada”, com a flexibilização de normas de proteção ambiental, gravada em vídeo na reunião ministerial de 21 de abril de 2020.

Durante a reunião, Salles defendeu que o governo aproveitasse a “oportunidade” da pandemia para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”.

A notícia-crime havia sido arquivada pelo próprio Moraes em outubro do ano passado. O motivo do desarquivamento e do pedido de conclusão do processo, que corre em sigilo, são as novas informações apuradas pela Polícia Federal sobre o caso. Segundo o ministro, “a Polícia Federal apresentou novos elementos probatórios nesta representação que guardam estreita correlação com os fatos descritos na notícia-crime anterior”.



STF determinou ainda a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ministro

Maranhão isola cepa indiana e cobra maior integração do ministério no combate à Covid

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), informou as medidas de contenção da cepa indiana (B.1.617) do coronavírus que foi detectada, na última sexta-feira, em tripulantes do navio MV Shandong da Zhi, ancorado a quatro quilômetros da costa maranhense. Em estado grave, um dos tripulantes da embarcação precisou ser transferido para um hospital particular da capital, São Luís.

Uma possível entrada da cepa indiana coronavírus no Brasil causa grande preocupação. A nova cepa poderia agravar ainda mais a situação da pandemia em um país que já sofreu 450 mil mortes para a Covid-19.

Para impedir a transmissão local na nova cepa, o governo estadual proibiu que o navio atraque em porto maranhense enquanto estiver nesta situação sanitária. “Estamos tomando as providências que cabem ao Governo do Estado. Não há, até o presente momento, nenhum sinal da transmissão comunitária da cepa indiana”, afirmou.

O navio estava destinado ao porto privado da empresa mineradora Vale.

O governo maranhense também determinou a testagem e o acompanhamento de todos os que mantiveram contato com o tripulante indiano. “Jamais poderíamos negar o atendimento médico. Isto é um crime. Obedecemos aos preceitos legais e huma-



Governador Flávio Dino e o ministro Queiroga

nitários. Os profissionais do hospital estão sendo testados e vacinados, e, até o momento, nada indica, no mundo, que esta cepa escape da proteção vacinal”, frisou Flávio Dino.

Segundo o secretário de Saúde e presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), Carlos Lula, 160 pessoas estão em acompanhamento, sendo que 40 já testaram negativo para o coronavírus.

O governador ponderou que, no entanto, tendo em vista o descontrole sanitário que o Brasil vive há um ano e três meses a cepa indiana pode chegar ao país por outras entradas.

Em entrevista ao canal Globo News, Flávio Dino cobrou maior integração do Ministério da Saúde no enfrentamento à pandemia. Ele destacou que as medidas devem ser tomadas em diálogo com todos os entes federativos, de forma a se tomarem as melhores decisões.

“Independente de diálo-

go, ou não, nós vamos fazer porque nós praticamos aqui o federalismo cooperativo. Agora, não é suficiente para que nós possamos vencer o que nós estamos vendo. Uma nova crise, uma chamada nova onda. Que na verdade é a mesma onda, porque nenhum país do mundo venceu o coronavírus enfrentando a pandemia como o Brasil está enfrentando: com baixa vacinação e sem medidas sanitárias adequadas coordenadas nacionalmente”.

No domingo (23), o governador maranhense se reuniu com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para tratar das medidas de contenção da cepa. O Ministério da Saúde entregou 600 mil testes rápidos e por solicitação do governo maranhense, enviaria nesta segunda-feira, 300 mil doses de vacina contra Covid-19, para acelerar a imunização e evitar a disseminação da nova cepa.



Embaixador Alexey Labetskiy Sputnik V será fundamental para deter a pandemia, diz embaixador russo no Brasil

“A vacina é efetiva, protege e é importante para parar a pandemia”, defendeu o embaixador da Rússia, Alexey Labetskiy, sobre a Sputnik V, imunizante do Instituto Gamaleya, produzido no Brasil pela União Química que ainda aguarda o registro de uso emergencial, em território brasileiro, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Em entrevista ao jornal “O Globo”, o embaixador destacou o trabalho realizado pela chancelaria russa para garantir a aprovação da vacina. “A Sputnik está na agenda”, disse Labetskiy destacando que ele mesmo já falou “com várias personalidades brasileiras sobre isso: com o presidente da República, com o ministro da Saúde e com o senhor Barra Torres, [presidente] da Anvisa”.

Na quinta-feira (20), o laboratório químico-farmacêutico brasileiro União Química iniciou, em sua fábrica de São Paulo, a produção nacional da Sputnik V. Entretanto, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda não aprovou o uso da Sputnik V no Brasil, as 100 mil doses do primeiro lote deverão ser destinadas para exportação aos países da América Latina.

O Brasil está atrasado em sua vacinação, tendo imunizado menos de 10% de sua população com as duas doses de vacina. Há falta de vacinas no país e, enquanto isso, a Anvisa protela a aprovação da vacina da União Química. O país já se aproxima de 16 milhões de infectados. Já são quase 450 mil o número de mortos. Vários Estados tiveram que interromper a imunização de suas populações por falta de imunizantes.

No final de abril, a Anvisa rejeitou a aprovação dos pedidos de autorização excepcional e temporária para importação e distribuição da vacina russa no Brasil. A agência exigiu mais documentos e adiando o registro da Sputnik V no país.

Alexey Labetskiy assegurou que “as partes interessadas brasileiras continuam trabalhando com a Anvisa, fornecendo os documentos necessários para o registro da vacina para uso emergencial. Devemos respeitar a ordem interna brasileira quanto à liberação de utilização de medicamentos e vacinas. Estamos trabalhando e, apesar de todas as dificuldades que existem, estamos abertos, caso seja do interesse dos parceiros brasileiros”, afirmou o embaixador.

A vacina que a empresa União Química começou a produzir em solo brasileiro e que não poderá ser usada nos brasileiros já foi aprovada para uso em 66 países. O imunizante ocupa a segunda posição mundial em aprovações de agências reguladoras estatais. A vacina tem eficácia de 97,6%, baseando-se na análise dos dados de 3,8 milhões de russos vacinados, sendo esta porcentagem mais alta do que a eficácia revelada antes na revista científica The Lancet (91,6%).

“Hoje, a vacina está permitida em mais de 60 países, incluindo Argentina, México, Venezuela e outros países da América Latina, além de Índia, Hungria e Eslováquia. A Índia, que é um dos maiores produtores de IFA de vacinas do mundo, autorizou a utilização da Sputnik, as primeiras doses já foram concedidas e eles já começaram a vacinar a sua população. Queremos trabalhar com todos os países, inclusive o Brasil, não só em vacinas, mas em estudos científicos para a produção de medicamentos para o tratamento da doença”, afirmou o embaixador russo.

Alexey Labetskiy ainda destacou a importância das vacinas no combate a Covid-19. “Partimos do princípio que o combate à pandemia é um desafio global e o combate também deve ser global. Devemos unir os esforços de todos os países para vencer esse desastre epidemiológico que caiu sobre a Humanidade. Estamos abertos a trabalhar com todos. Não podemos vencer a pandemia num único país nem em uma única região. Trabalhamos com os estados, com o setor privado e com a União Química, que assinou um contrato com o Fundo de Investimento Direto da Rússia, que é a única instância no meu país que tem o direito e a possibilidade de negociar e fornecer a vacina Sputnik fora das fronteiras da Rússia”.

O embaixador ainda apontou a disposição da sobre a suspensão de patentes para vacinas contra a Covid, e usou o exemplo do acordo com a União Química como exemplo.

“A União Química possui todos os direitos de uso e produção de IFA [Ingrediente Farmacêutico Ativo, insumo para a produção de vacina]. Estamos abertos à negociação para passarmos nossas tecnologias aos parceiros estrangeiros. A tecnologia do Gamaleya foi entregue à União Química sem royalties, sem nada, o que significa que nós abrimos a patente”, enfatizou Alexey Labetskiy.

Consórcio Nordeste entrega à Anvisa relatório técnico de eficácia para registro da Sputnik V

O Consórcio de Governadores do Nordeste entregou, nesta sexta-feira (21), à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o documento que faltava para análise da Sputnik V, vacina contra Covid-19 do Instituto Gamaleya, da Rússia, produzida no Brasil pelo laboratório farmacêutico União Química.

O relatório técnico com dados sobre qualidade e eficácia da vacina foi protocolado pela Procuradoria-Geral da Bahia.

“Diante da urgência de imunização da população brasileira, com o incremento incessante do número diário de contaminados e mortos (já alcançado o trágico total de 446.403 mortes), e da chegada comprovada da nova cepa indiana no país e no Nordeste, de ainda maior letalidade, pleiteamos a imediata análise do pleito, no prazo de 07 (sete) dias, sob pena de maiores atrasos na importação, distribuição e aplicação da vacina, única medida eficaz para o controle da pandemia”, escreveu a Procuradoria no ofício de entrega do material.

O novo relatório também será levado pelos governadores ao Supremo Tribunal Federal, para pedir agilidade na análise dos dados pela Anvisa.

“O relatório técnico é o último documento que faltava, conforme resposta



Vacina russa aguarda a aprovação da Anvisa

aos Estados e STF, na determinação do ministro Ricardo Lewandowski. Agora o que esperamos é o cumprimento da Lei 14.124/21 e juntamos ainda o estudo e posição favorável à liberação da importação e uso da vacina, por preencher requisitos internacionais de Segurança, eficácia na imunização e qualidade, pelo Comitê Científico Nordeste e cientistas do Brasil”, disse o governador Wellington Dias.

A Anvisa confirmou O Globo que recebeu a documentação enviada pelos governadores, mas mais uma vez não demonstrou boa vontade em trazer mais uma vacina para o país e fez questão de destacar que precisa analisar se o novo relatório técnico contém todos os dados que comprovem a segurança,

a qualidade e a eficácia da vacina que exigiu para autorizar a importação e o uso emergencial do imunizante.

Outros documentos já foram apresentados pelo Consórcio do Nordeste, mas, segundo a agência, não continham todas as informações exigidas.

Em abril, a Anvisa negou a autorização para importar a vacina, sob alegação de que havia riscos de segurança para quem tomasse, mesmo a vacina já tendo sido aprovada em 66 países.

Os governadores fizeram, então, um novo esforço junto ao Ministério da Saúde da Rússia e ao Instituto Gamaleya para levantar os novos documentos exigidos pela Anvisa, para que a Sputnik V possa chegar ao braço dos brasileiros.

Guedes falsifica dados para atacar funcionalismo, afirmam servidores



Rudinei Marques, presidente do Fonacate, durante entrevista ao HP



Pedidos de pensão por morte passou de 153.293 para 224.293 em um ano Fila de espera atinge 2,5 milhões no INSS e pedidos de pensão por morte explodem

O aumento alarmante do número de mortes no país – somente por Covid já são mais de 450 mil, além da soma de todas as outras causas –, e a demora na atualização do sistema do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que se agravou durante e depois da Reforma da Previdência, tem provocado mais um dado trágico aos nossos dias: a fila de espera de 2,5 mil pedidos de concessão de benefícios do INSS, aí incluídos as pensões por morte.

Segundo a Federação das Associações de Aposentados do Estado do Rio de Janeiro (Faaperj), de março de 2020 a março deste ano, os pedidos de pensões por morte passaram de 153.293 para 224.293.

“No Rio, há casos de

espera que chegam a um ano. É tempo demais para uma pessoa que dependia da outra financeiramente”, diz o advogado da entidade, Guilherme Portanova.

Somando todos os requerimentos, ou seja, pedidos de aposentadoria por idosos, pessoas com deficiência, auxílio-doença, trabalhadores em geral e viuvez, entre outros, a espera para a resposta aos requerimentos vai além do tempo legal, que é de 45 dias, e será estendido para 90 dias para os pedidos feitos a partir de junho, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, com as novas regras instituídas pela reforma da previdência, as pensões por morte passaram a ser 50% do valor dos proventos do segurado

falecido, mais 10% por dependente (incluindo o cônjuge), não podendo ultrapassar 100%. Se não tiver filhos, a pessoa recebe apenas 60%.

“A demora na concessão é uma covardia do INSS com a pessoa que acabou de perder seu ente querido. Sem contar que a redução da pensão por morte é inconstitucional”, diz o advogado Guilherme Portanova.

Segundo a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, “de novembro de 2019 a junho de 2020, não foram concedidos benefícios porque as regras previdenciárias eram novas, e o sistema não estava atualizado. Com as mortes por Covid-19, o estoque de requerimentos ficou maior ainda”.



“Greve dos metroviários foi vitoriosa”, avalia dirigente sindical Wagner Gomes

Após pedido do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que fez uma proposta de conciliação aos metroviários, a categoria voltou ao trabalho nesta quinta-feira, depois da paralisação iniciada à meia-noite de terça.

A proposta do TRT mantém as cláusulas do Acordo Coletivo vigente e assegura 7,79% de reajuste salarial a partir de 1º/5/2021. O mesmo índice vale para reajustar o VR e o VA, também a partir de 1º/5/2021. Propõe também o pagamento da 2ª parcela da PR de 2019 em 31/1/2022, entre outros itens. No entanto, a proposta não foi aceita pela empresa, por isso a decisão vai para a Justiça.

Na avaliação do secretário-geral da CTB (Central

de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Wagner Gomes, “a paralisação foi vitoriosa”.

O dirigente sindical diz que o encerramento da greve, aceitando a proposta do TRT, mesmo sem acordo “não significa o fim da mobilização”, que ainda tem pela frente o julgamento do dissídio coletivo.

Segundo Wagner Gomes, houve “uma adesão altíssima e inédita. Foi uma das maiores greves da categoria”.

“Todo ano o Metrô vem retirando direitos e conquistando da categoria. Isto explica a grande adesão ao movimento”, ponderou o dirigente sindical.

A votação pelo encerramento da greve foi realizada via internet, na noite

de quarta-feira, e teve participação de 3.274 metroviários, com 93,5% votando pela volta ao trabalho.

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo também avalia que a greve foi vitoriosa e convoca a categoria para permanecer mobilizada.

“Os metroviários estão mais uma vez de parabéns. Mostraram sua organização e união com uma forte greve. A mobilização continua!”, diz o sindicato em nota.

O sindicato informou que os metroviários vão continuar utilizando os coletivos em defesa dos direitos e que uma nova assembleia está marcada para a próxima terça-feira (25/5) para avaliação da campanha salarial.

“Objetivo do governo é o fim do serviço público universal, gratuito e de qualidade”

O governo Bolsonaro está divulgando dados falsos para desmoralizar o serviço público no país, como estratégia para aprovar a PEC 32, da reforma administrativa”. A denúncia é do presidente do FONACATE (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado).

A afirmação foi feita por Rudinei Marques, presidente do Fórum, durante live da Hora do Povo desta quinta-feira (20), e que está disponível no Facebook do HP. Segundo Rudinei, o objetivo do governo é entregar tudo o que for possível, “através da privatização ou da terceirização, sem limites, para grandes grupos econômicos”. “E o fim do serviço público universal, gratuito e de qualidade”.

Para o líder sindical, “há uma motivação especial em promover a pandemia, que já matou quase 500 mil brasileiros – por falta de vacina e por mau exemplo – no mesmo momento em que propõe a PEC 32: arrasar com a autoestima da população”.

O Fórum, que representa 37 entidades e 200 mil servidores, está empenhado em barrar a PEC 32/20. A proposta ataca a estabilidade, cria o serviço por demanda, o funcionário temporário, esvazia o concurso público, dá poderes ao Executivo para intervir nos órgãos públicos, sem consultar o Congresso, comprime salários e cria o período de experiência.

Rudinei rebateu as afirmações do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que os servidores têm reajuste todo ano. “Desde 2017 não há reajuste para 80% dos servidores e os 20% restantes tiveram reajuste em 2019”.

O dirigente afirmou também que “60% do funcionalismo são servidores municipais com média salarial de 3 mil reais, e nos outros seguimentos é de 4 mil reais. “O Brasil tem um déficit de 10 milhões de servidores, na comparação com os países da OCDE e gasta 12,9% do PIB, enquanto a média na Europa é 21%”. “Desde 1991, há 20 anos, o número de servidores é basicamente o mesmo, enquanto a população aumentou 35%”, concluiu.

Para o líder dos servidores de carreira, Guedes é o animador do Bolsonaro. Está 40 anos defasado. E operador do sistema financeiro.

De acordo com Rudinei, a reforma administrativa de Bolsonaro, “em essência, representa a destruição do aparato estatal público que estava em árdua – mas profícua – construção no país desde a Constituição

Federal de 1988”.

Guedes, em reunião com o presidente Bolsonaro e ministros, no dia 22 de maio de 2020, no Palácio do Planalto, manifestou a intenção de detonar o serviço público do país afirmando que ia colocar uma granada no bolso do inimigo (servidor).

O presidente do Fonacate disse ainda que o governo deveria estar concentrado em salvar vidas, em vacinar a população massivamente, em combater a fome e, por fim, em recuperar a economia. “Nesse contexto de terra devastada – pela doença, pela regressão produtiva e pelo retorno ao mapa da fome –, não é difícil perceber a inversão de prioridades na (des)ordem política nacional. A insanidade do governo Bolsonaro fez do Brasil o pior país do mundo na gestão da pandemia.

A admissibilidade da PEC 32 está sendo debatida na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. Para Rudinei, a PEC 32 “não cabe na Constituição. O hiperpresidencialismo não se sustenta. O Poder Executivo não pode alterar cargos ao seu bel-prazer”. Cria o vínculo de experiência. A reforma pretende ainda restringir a estabilidade às carreiras típicas de estado, sem definir quais e flexibilizar a necessidade de concurso público.

Representantes das afiliadas do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) se reuniram em frente ao Palácio do Planalto, na tarde desta segunda-feira (17 de maio), para apresentar nova denúncia à Comissão de Ética Pública da Presidência da República contra o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A representação é motivada pelas ofensas aos servidores registradas em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, na última terça (11 de maio). Naquela ocasião, o ministro afirmou que os servidores são autoritários e “militantes de governos anteriores”.

Para a assessora jurídica do Fórum, Larissa Benevides, episódios de afronta ao serviço público por parte do ministro da Economia têm sido cada vez mais rotineiros e devem ser coibidos. “Por meio de inverdades, ele incita os desavisados justamente contra quem movimentou o país hoje em dia”.

Em 11 de fevereiro de 2020, o Fonacate protocolou a denúncia contra Paulo Guedes, quando comparou servidores públicos a “parasitas” ao defender a proposta de reforma administrativa do governo federal.

Líder caminhoneiro: pacote do governo para categoria “é mais do mesmo”

“Muito show e pouca ação”, assim o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS) e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e Logística (CNTTL), Carlos Alberto Litti, definiu o “pacote de bondades” do presidente Jair Bolsonaro aos caminhoneiros.

Segundo o líder caminhoneiro, o pacote de medidas anunciado na terça-feira (18) por Bolsonaro, “não é um pacote, mas um embrulho”.

A fala de Carlos Litti reflete a insatisfação da categoria, que tem entre suas principais reivindicações a redução do preço do diesel e o aumento do valor do frete, questões que não estão contempladas no decreto assinado por Bolsonaro, batizado pomposamente de “Gigantes do Asfalto”.

Para Litti, uma das questões previstas no pacote, como descontos nas negociações de dívidas com a Caixa Econômica Fede-

ral “é mais do mesmo”, pois, segundo ele, “isso já acontece há dois anos”. O caminhoneiro afirma que “programa de crédito mesmo, que os caminhoneiros que não estão mais nem respirando precisam, não tem”.

Litti diz que, fora o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), plataforma tecnológica que irá simplificar, reduzir burocracia e digitalizar a emissão de documentos obrigatórios, que, segundo ele “é bom, mais precisa de algumas emendas para funcionar mesmo”, o resto é “show artístico”.

O programa também prevê, entre outras regras, mudança na forma de pesagem de cargas, que aumentará os limites de tolerância para peso por eixo, com mudanças na regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran); antecipação dos valores a receber do frete e ampliação e melhoria do subsistema rodoviário federal, entre outras medidas.

Ato em solidariedade à Palestina reúne 200 mil nas ruas de Londres



Manifestação em Londres exige "Palestina Livre" e "Fim da Ocupação"

Mobilização na Colômbia derruba projeto de Duque de privatização da Saúde Pública

A retirada de pauta do projeto de Duque de privatizar o pouco que resta da saúde pública na Colômbia foi comemorada nas mobilizações que ocuparam as ruas das principais cidades da Colômbia, na quarta-feira (19).

Essa é mais uma conquista dos colombianos mobilizados há 23 dias. As mobilizações são unificadas em torno do Comitê Nacional de Paralisação que lidera os protestos onde convergem sindicatos, organizações sociais, professores, estudantes, movimentos indígenas e camponeses.

A decisão de retirada da repudiada medida foi tomada nas comissões de ambas as câmaras legislativas. Essa proposta tinha sido apresentada pela bancada do partido Mudança Radical, aliado ao governo de Duque e contava com o apoio do seu governo.

A senadora Victoria Sandino, do partido Comunes, comemorou que as mobilizações na Colômbia alcançaram conquistas importantes como o arquivamento da atual 'reforma' da saúde. "A pressão social da população que resiste nas ruas colombianas, nas praças e nos diversos espaços públicos permitiu o colapso dessa proposta", afirmou a parlamentar em entrevista à Prensa Latina.

"Um dos problemas mais graves da Colômbia é que há cerca de 30 anos com a Lei 100, a Saúde se tornou outra empresa privada, ou seja, quem pode pagar tem acesso, e isso fragilizou toda a rede pública de hospitais", disse.

Nesse sentido, explicou que hospitais como o San Juan de Dios, em Bogotá, foram fechados, principalmente nos territórios mais remotos do país por não serem lucrativos para a Entidade de Promoção da Saúde (EPS).

"O projeto 010 pretendia entregar o sistema de saúde e o pouco que resta da rede pública de hospitais para as



Colombianos se levantam contra arrocho do governo

Entidades Promotoras de Salud (EPS)", assinalou, frisando que a população nas ruas foi chave para a vitória.

Entre as reivindicações do Comitê de Nacional de Paralisação estão a ação do Estado no sistema de saúde para garantir atendimento na pandemia; renda básica emergencial de pelo menos um salário mínimo por seis meses, aos trinta milhões de pessoas que vivem na pobreza, vulneráveis e afetadas pela crise; moratória no pagamento de créditos à habitação, no pagamento dos serviços públicos (água, luz, internet e gás) por quatro meses, proibindo o corte destes; a defesa da produção nacional (agropecuária, industrial, artesanal e camponesa); subsídios à produção de camponeses, pequenos e médios produtores; apoio à rede pública de ensino visando garantir as matrículas nas instituições de ensino superior públicas, subsídios destinados à continuidade dos estudos em instituições de ensino superior privadas e apoio ao setor cultural.

A reforma tributária, texto responsável por dar início a série de manifestações no país, foi a primeira a ser tirada de votação no parlamento, no dia 2 de maio. A proposta de Iván Duque era aumentar o arrocho sobre a população a pretexto de gerar uma economia de 2% do PIB do país

ao aumentar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para 19% sobre os serviços básicos, como luz, gás e saneamento.

A proposta também determinava que aqueles que recebessem mais do que dois salários mínimos, seriam obrigados a passar a pagar imposto de renda. De acordo com o Comando Unitário Nacional, que reúne as maiores centrais sindicais da Colômbia, ao menos 3 milhões de trabalhadores seriam prontamente afetados porque passariam a declarar imposto de renda e com isso sofrer cortes em seus ingressos.

Os primeiros manifestantes começaram a se reunir nesta quarta-feira em várias partes de Bogotá, especialmente no Parque Nacional, e depois caminhar até a Plaza Bolívar, o centro do poder político do país. Em Medellín, capital do departamento de Antioquia, as marchas também aconteceram de forma pacífica. Houve apenas alguns confrontos entre a polícia e os manifestantes em Buenaventura, a terceira cidade mais populosa do departamento de Cauca, onde os agentes reprimiram com gás lacrimogêneo e reações dos manifestantes foram relatadas.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Pesticidas vetados na União Europeia foram detectados em frutas do Brasil

Pesticidas vetados na União Europeia (UE) foram detectados em frutas vindas do Brasil em investigação realizada pela organização ambiental Greenpeace.

Mangas, mamões, melões, figos, limões verdes e outras amostras de frutas do Brasil comercializadas na Alemanha entre abril e maio foram analisadas por dois laboratórios independentes em busca de vestígios de agrotóxicos. Dois terços delas continham resíduos de mais de um pesticida, com o caso extremo de um mamão apresentando nove tipos diferentes. Em quatro casos os níveis ultrapassavam os limites permitidos.

O alarmante, mas previsível, resultado foi apresentado num relatório da organização ambiental Greenpeace nesta quarta-feira (19/05): de 70 vegetais testados, 59 acusaram a presença de 35 diferentes substâncias pesticidas, sendo 11 delas não permitidas na União Europeia.

"Em abril de 2021, 3.231 pesticidas eram aprovados no Brasil. O governo Bolsonaro emitiu o recorde de 1.172 auto-



Governo Bolsonaro emite 1.172 autorizações em 845 dias

rizações em apenas 845 dias de governo, sendo responsável por 36% de todos os pesticidas que podem ser comercializados legalmente no Brasil", diz o texto.

Entre as substâncias detectadas que não são permitidas na União Europeia estão os inseticidas Imidacloprid e Chlorfenapyr, fabricadas pelas alemãs Bayer e Basf. No total, a Bayer fabrica 12 dos agrotóxicos encontrados, e a Basf, sete.

"Também as gigantes alemãs da química prejudicam seres humanos, animais e a natureza no Brasil. Um ciclo tóxico, pois, por sua vez, os vegetais contaminados vão

parar na nossa salada de frutas na Alemanha", criticou Jürgen Knirsch, especialista em comércio da Greenpeace, citado pelo jornal Süddeutsche Zeitung.

Mais da metade das substâncias detectadas, 21 de 35, pertencem ao grupo dos pesticidas classificados como altamente perigosos para a saúde e o meio ambiente (HHP, na sigla em inglês).

O Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo em números absolutos, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).



Campanha de Castillo lota o centro de Lima "Por justiça e dignidade, Fujimori nunca mais", afirmam peruanos

"Por justiça e dignidade, Fujimori nunca mais", afirmaram os peruanos que cobriram as ruas de do país neste sábado (22) em apoio ao candidato Pedro Castillo às eleições presidenciais de 6 de junho e rejeição à candidata Keiko Fujimori.

As manifestações alertaram que a eleição de Keiko seria retorno do fujimorismo, ditadura exercida por seu pai. Com palavras de ordem, faixas e cartazes, os manifestantes recordaram a prática sistemática e generalizada de esterilizações forçadas, torturas, execuções arbitrárias e desaparecimentos, cometidas no governo de Alberto Fujimori, enfatizando a denúncia nos crimes de lesa-Humanidade de La Cantuta e Barrios Altos. Pelo genocídio, Alberto está preso, condenado a 25 anos de prisão.

A eleição ocorre em um momento em que Peru sofre um aumento muito grande de infecções e mortes por Covid-19 e, piorando a situação, ainda amarga as consequências da crise que atingiu o país em 2016, quando os subornos da construtora brasileira Odebrecht a vários presidentes peruanos foram descobertos e divulgados.

A última pesquisa do Instituto de Estudos Peruanos (IEP) divulgada no sábado mostra que o candidato Pedro Castillo ampliou sua vantagem sobre Keiko Fujimori, do partido Fuerza Popular, duas semanas antes do segundo turno.

A pesquisa aponta que a distância entre os candidatos aumentou em mais de 10 pontos percentuais: o representante do Peru Livre atingiu 44,8%, enquanto Keiko Fujimori, 34,4%. Em comparação com a pesquisa IEP anterior, Pedro Castillo cresceu 8,3 pontos nas preferências.

No 1º turno que teve 18 candidatas à presidência, o professor e líder sindicalista Castillo ficou em primeiro lugar com 19,1% dos votos e Keiko teve 13,3% dos votos. O novo pleito será em 6 de junho.

A pesquisa também observa que os eleitores brancos / nulos passaram de 23,6% para 12,8% em uma semana. Da mesma forma, aqueles que indicaram que ainda estão indecisos ou não precisam de opção, caíram de 7,8% para 5,1%.

Na capital, Lima, com dezenas de milhares de pessoas, uma expressiva participação das organizações de mulheres, que sublinharam a determinação de varrer o fascismo nas urnas: "Somos as filhas das camponesas que não pudeste esterilizar". Conforme dados oficiais do Ministério da Saúde, durante os anos da ditadura de Fujimori (1990-2000), foram esterilizados de forma forçada mais de 270 mil mulheres e 22 mil homens, a maioria provenientes de comunidades indígenas quechua e de famílias pobres.

Ressaltando a amplitude dos atos, em Cusco, o protesto teve a participação da ex-candidata presidencial de Juntos pelo Peru, Verónica Mendoza, que reiterou seu apoio a Pedro Castillo, em defesa do desenvolvimento e da justiça social. "Não podemos permitir que nos governe uma organização criminoso que jogaria por terra toda nossa luta contra a corrupção, o Peru não merece", destacou.

Em Arequipa, os manifestantes denunciaram o colapso dos hospitais diante do alastramento da pandemia de Covid-19 e a vinculação do fujimorismo com a política de privatização do sistema de saúde.

A mobilização em Tacna contou com a participação de María Amaro Córdor, irmã de Armando Amaro, um dos universitários assassinados pelos paramilitares de Fujimori. Integrantes da Federação Regional de Mulheres Líderes, da Resistência Patriótica e da Associação de Direitos Humanos reforçaram o ato.

Em Puno e Juliaca, os manifestantes exigiram um basta aos desmandos do fujimorismo. "Estamos nas ruas porque não podemos ser indiferentes ao que significa esse governo e que hoje pretendem regressar para manter o status quo da corrupção", declarou Hugo Tito Rojas, dirigente do Sindicato Unitário de Trabalhadores na Educação Peruana (Sutep).

A comunidade no exílio também se fez ouvir, reiterando o "Não ao fujimorismo". Devido ao ditador e sua política de submissão aos interesses estadunidenses, mais de 3 milhões de pessoas tiveram que deixar o país, entre 1990 e 2015.

GENOCÍDIO

O morticínio de La Cantuta ocorreu em 3 de novembro de 1991 quando seis indivíduos encapuzados e armados do grupo paramilitar Colina - braço clandestino do Exército - invadiram uma moradia em Barrios Altos, ordenaram aos presentes que se estendessem no chão e dispararam indiscriminadamente. Mataram 15 pessoas, entre elas uma criança de oito anos, deixando outras quatro gravemente feridas.

Meses depois, na Universidade Nacional de Educação Enrique Guzmán La Valle, mais conhecida como La Cantuta, nove estudantes e um professor foram retirados à força de suas moradias e "desaparecidos". Os corpos de dois deles foram achados em fossas clandestinas, um ano depois.

Além de atos em apoio aos palestinos por toda Inglaterra, de Paris a Dublin, passando por Sidney e Nova Iorque e incluindo Karachi (Paquistão) e Bolonha (Itália), atos por todo o mundo aconteceram no último fim de semana

Londres foi palco do maior dos atos solidários aos palestinos neste fim de semana. A capital inglesa reuniu 200.000 pessoas que marcharam nas ruas centrais da cidade.

Os organizadores consideraram que este foi uma das maiores concentrações solidárias aos palestinos na história de Londres. O protesto aconteceu no sábado (22) logo depois do cessar-fogo que suspendeu 11 dias de intenso bombardeio israelense à Faixa de Gaza o que deixou 248 palestinos mortos dos quais 39 mulheres e 66 crianças.

O ato resultou de uma ampla frente de organizações, Stop The War Coalition, Palestine Solidarity Campaign, Friends of Al-Aqsa, Palestinian Forum in Britain, Campaign for Nuclear Disarmament e a Muslim Association of Britain.

Em declaração conjunta, os organizadores observam que "os palestinos da Cisjordânia e de Jerusalém enfrentam uma ocupação militar brutal, incluindo restrições de movimento, demolição de casas e imposição de lei marcial sobre a população civil".

"A limpeza étnica por parte de Israel não pode continuar. Nós não podemos parar só porque Israel suspendeu temporariamente seu bombardeio a Gaza. Temos que fazer campanha, protestar, até que o povo palestino conquiste seus direitos inalienáveis: liberdade, justiça e igualdade em sua pátria histórica", diz o documento dos manifestantes.

Entoando "Palestina Livre" os manifestantes marcharam do Largo Victoria ao Hyde Park. Um dos oradores foi o trabalhista John McDonnell que destacou que equipamento produzido na Inglaterra foi usado por Israel na recente agressão a Gaza.

"É verdade que um cessar-fogo foi negociado e nós saudamos o cessar-fogo", disse McDonnell, que pros-

"Solução de Dois Estados ou apartheid israelense", alerta ministro do Exterior da França

Para o ministro do Exterior da França, Jean-Yves Le Drian, "Se os palestinos não obtiverem o seu Estado, o risco é que Israel se torne um regime de apartheid".

Segundo Le Drian, os recentes confrontos entre judeus e árabes nas cidades mistas no interior de Israel, apontam nesta direção.

A declaração do ministro veio após um encontro com o ministro do Exterior da Irlanda, Simon Coveney, em Dublin, no dia 20.

Apesar do termo apartheid com referência ao sistema discriminatório vigente em Israel já ter sido usado por diversos autores, líderes políticos e ativistas, é uma das primeiras vezes que um integrante do primeiro escalão de um governo francês faz uso desta terminologia com relação a Israel, comparando-o com o regime oficial e assumidamente segregacionista sul-africano com base no supremacismo branco que durou de 1948 a 1991.

A violência que explodiu em meio a mais um bombardeio israelense à Faixa de Gaza é inédita em termos de amplitude com que se espalhou atingindo Yafo, vizinha a Tel Aviv; as cidades de Lod e Ramle, no centro do país e Acre e Haifa ao norte, entre diversas outras onde foram registrados queima de imóveis, entre eles restaurantes e sinagogas, incêndio e depredação de carros e ônibus e até linchamentos.

Os choques aconteceram em meio ao bombardeio a

seguiu: "Mas vamos deixar claro que nós não cessaremos a nossa campanha em solidariedade à Palestina até que haja justiça e sem justiça Israel não tem como ter paz".

Membros do movimento Ação Palestina ocuparam o telhado e a entrada de uma fábrica que produz armas para Israel, interrompendo a produção por três dias. Eles denunciam que a fábrica UAV Tactical Systems produz peças de drones usados no bombardeio recente a Gaza.

PROTESTO MUNDIAL

Além de 80 atos solidários aos palestinos por toda a Inglaterra, de Paris a Dublin, passando por Sidney e Nova Iorque, incluindo Karachi (Paquistão) e Bolonha (Itália), atos por todo o mundo aconteceram no último fim de semana onde o destaque das denúncias foi que apenas 12 horas após o cessar-fogo houve novo ataque aos manifestantes diante da mesquita Al Aqsa em Jerusalém.

O presidente da organização inglesa, Friends of Al Aqsa, Ismail Patel afirmou: "Apesar da decisão de Israel de parar o bombardeio a Gaza, temos que continuar com os protestos enquanto Israel continuar com sua ocupação da Palestina. O ataque por forças israelenses contra fiéis que rezavam na mesquita Al Aqsa, horas após o cessar-fogo, mostra a necessidade de continuarmos com nossos esforços".

A líder trabalhista Lisa Nandy também compareceu ao ato em Londres e declarou que os acontecimentos de agora devem marcar um ponto de virada. "Não há solução militar para este conflito. Deve ser estabelecido um processo de paz significativo que garanta um Estado da Palestina ao lado de um seguro Estado de Israel. O processo de paz deve tornar isso um objetivo atingível", declarou.

"Solução de Dois Estados ou apartheid israelense", alerta ministro do Exterior da França

Gaza e logo após a paucidade exercida pela polícia de Jerusalém contra palestinos que se manifestavam na Esplanada das Mesquitas, quando foram atiradas bombas de percussão e gás lacrimogêneo no interior da mesquita Al Aqsa uma das mais sagradas de todo o Islã.

Le Drian enfatizou a questão das tensões que vieram à tona após anos de coexistência pacífica entre árabes e judeus em Israel em entrevista concedida ao jornal Le Figaro: "É a primeira vez e isso mostra como que qualquer alternativa à Solução dos Dois Estados traz os ingredientes de um apartheid de longa duração".

"Aqueles que imaginavam que o conflito Israel-Palestina iria se extinguir gradualmente estavam errados. Isso mostra a urgência de se encontrar um processo político", acrescentou na entrevista.

Ele expressou satisfação com declaração de apoio à retomada da busca de uma solução de paz entre israelenses e palestinos através da Solução dos Dois Estados por parte do presidente Joe Biden: "Temos que dar um passo de cada vez".

"Se prevalece o status quo, com a lógica do Estado único [Israel], o risco de apartheid é alto", insistiu Le Drian, que concluiu: "Estes 11 dias de bombardeio mostraram a necessidade urgente de se reviver o processo da paz no Oriente Médio".

“Distribuição desigual das vacinas perpetua a pandemia”, alerta o diretor-geral da OMS

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, denunciou a distribuição global de vacinas contra a Covid-19 como um “escândalo de desigualdade que está perpetuando a pandemia”. Segundo o biólogo etíope, 75% dos imunizantes aplicados até aqui foram ministrados em apenas dez países.

“Não há uma maneira diplomática de dizer isso: um pequeno grupo de países que fabrica e compra a maioria das vacinas do mundo controla o destino do resto do planeta”, assinalou em discurso na abertura da Assembleia Mundial da Saúde, na segunda-feira (24).

Tedros Adhanom sublinhou que o número de doses já injetado seria suficiente para imunizar todos os profissionais de saúde e idosos do mundo, se tivessem sido distribuídas de forma equitativa. E voltou a criticar os governos que iniciaram a vacinação de crianças e grupos de baixo risco, o que teria acontecido “às custas” de pessoas vulneráveis de outras regiões do planeta.

Ghebreyesus apontou que ao ritmo atual, dentro de três semanas se atingirá um número de mortes com Covid-19 superior ao total de 2020.

Do total de mortos, pelo menos 115.000 eram trabalhadores do setor da saúde, acrescentou.

De acordo com a agência das Nações Unidas para a saúde, a pandemia não está chegando ao seu final. Segundo Tedros, o mundo registrou mais casos em cinco meses de 2021 que em todo o ano de 2020.

O diretor-geral informou que o programa global para o acesso equitativo aos imunizantes, Covax, distribuiu 72 milhões de doses de imunizantes a 125 países, mas essa quantidade não é ainda suficiente. “Portanto, hoje estou pedindo aos Estados membros que participem de um grande esforço para vacinar pelo menos 10% da população de todos os países até setembro, e um impulso até dezembro para atingir nossa meta de vacinar pelo menos 30% até o final do ano”, conclamou.

Em apelo a produtores, Tedros Adhanom pediu que as farmacêuticas reservem pelo menos 50% das doses produzidas este ano ao Covax. Ele elogiou a proposta da Índia e África do Sul de quebrar patentes de vacinas contra a Covid-19, que já foi aprovada pela China, pela Rússia e até pelos Estados Unidos. “Vários fabricantes disseram que têm capacidade para produzir vacinas se as empresas de origem estiverem dispostas a compartilhar licenças, tecnologia e know-how. Acho difícil entender por que isso ainda não aconteceu”, frisou.

Tedros Adhanom revelou ainda que o programa ACT Accelerator, que visa fomentar a pesquisa sobre a pandemia, precisa de US\$ 18,5 bilhões adicionais. Ele agradeceu ao presidente americano, Joe Biden, por reverter a decisão de seu antecessor, Donald Trump, de sair da OMS e também por doar US\$ 4 bilhões ao Covax.

O diretor da OMS não ficou alheio à questão dos bombardeios na Faixa de Gaza, alertando que estão causando danos aos estabelecimentos de saúde e afetando seus trabalhadores: “Já ocorreram dezenas de incidentes que envolveram trabalhadores e estabelecimentos de saúde”, disse.

O diretor da organização para Emergências de Saúde, Mike Ryan, acrescentou que “todos esses ataques às redes de saúde devem parar e o acesso às instalações deve ser garantido”, já que “a saúde dos civis deve ser protegida”.

“Proposta de Dois Estados é a única alternativa para Israel e Palestina”, declara Joe Biden

“Ainda precisamos de uma Solução de Dois Estados”, afirmou o presidente norte-americano ao final de um encontro com o presidente da Coreia do Sul, Moon Jae In, na sexta-feira (21). “É a única resposta”, acrescentou Biden.

Em outro aspecto acerca das relações com Israel ele acrescentou: “Indiquei aos israelenses que é muito importante que eles parem com o choque interno entre comunidades em Jerusalém”.

Disse ainda que organizaria junto com “outras nações” um “grande pacote para reconstruir Gaza” parcialmente destruída pelo bombardeio israelense. “Meu compromisso é que isso seja realizado”, adiantou.

Também informou que na sua mais recente conversa por telefone com o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, “renovamos nosso compromisso com a segurança, assim como com melhoria nas condições econômicas na Cisjordânia”.

No entanto, Biden manteve sua posição tradicional com relação ao apoio militar a Israel. “Não houve mudança em relação ao compromisso no que diz respeito à segurança de Israel”, disse em resposta a um crescente número de deputados e senadores democratas que apoiam uma resolução de iniciativa do senador Bernie Sanders no sentido de suspender o envio de um novo carregamento de armas a Israel no valor de US\$ 735 milhões com instrumental para elevar precisam de mísseis.

O triste cômputo final da agressão perpetrada por Netanyahu,

que durou do dia 10 ao 21 de maio foi de 248 palestinos mortos dos quais 39 mulheres e 66 crianças.

Entre os israelenses, o total de mortos por foguetes lançados da Faixa de Gaza contra cidades israelenses foi de 12.

“Por décadas, os Estados Unidos venderam bilhões de dólares em armamento para Israel sem ao menos requerer o respeito por eles dos direitos básicos dos palestinos”, declarou a deputada Ocasio-Cortez, que prosseguiu: “Assim agindo, contribuíram para a morte, o deslocamento e privações de milhões”.

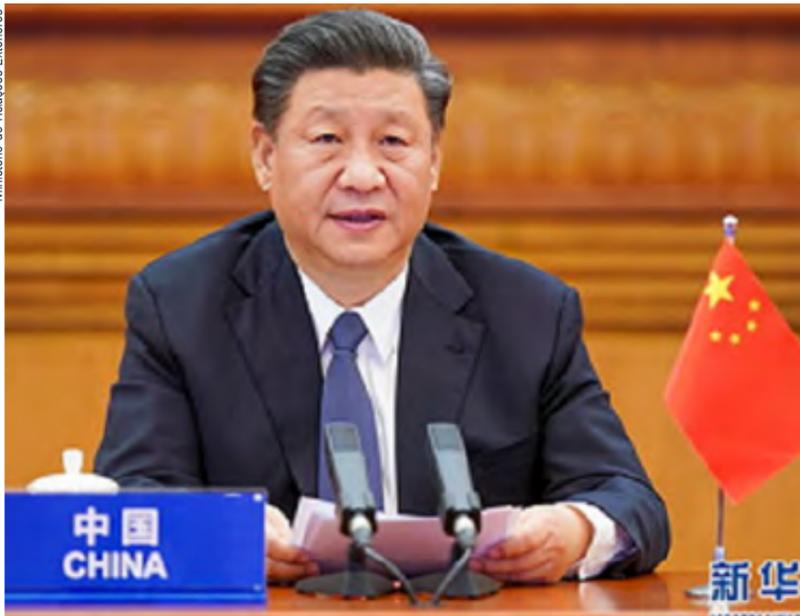
As declarações da deputada vieram para fundamentar a proposta apresentada por ela e pelos deputados Rashida Tlaib e Mark Pocan que apresentaram ao Congresso uma proposta de resolução de suspensão do acordo de venda desse lote de equipamentos militares na quarta-feira (19).

O senador Bernie Sanders também propõe uma resolução contrária à venda de armas a Israel no Senado. “Não podemos simplesmente deixar que ocorra mais uma venda gigante sem ao menos um debate congressual”.

“Ao planejar o fornecimento de armamentos avaliados em centenas de milhões de dólares a Israel, os Estados Unidos se colocam em ajuda a que sejam perpetrados crimes e que sejam mortas ou feridas mais pessoas através de mísseis de precisão norte-americanos”, declara a organização Anistia Internacional em apoio às resoluções que tramitam nas duas casas do Congresso dos EUA.

Leia matéria toda em www.horadopovo.com.br

‘Prioridade mundial é vencer Covid e restaurar economia’, diz Xi Jinping



Presidente chinês Xi Jinping ao se pronunciar no encontro virtual do G20

Zakharova: “sanções contra a Rússia são um gesto de desespero dos EUA”

Não obstante o chanceler russo ter considerado “proveitosa” sua primeira reunião cara a cara com o secretário de Estado Antony Blinken, na véspera Washington anunciou que estava recuando de aplicar sanções diretas contra a empresa Nord Stream 2 mas iria manter sanções contra 13 embarcações russas que estão perto de finalizar o gasoduto russo-alemão.

Sobre a questão das sanções, em recente entrevista ao portal RT, a porta-voz da diplomacia russa, Maria Zakharova, havia dito que essas medidas unilaterais e politicamente motivadas são “um gesto de desespero” e uma demonstração da incapacidade de “reconhecer o direito da Rússia de determinar independentemente seu caminho de desenvolvimento e construir relacionamentos com os seus parceiros”.

Na mesma entrevista, a porta-voz asseverou que a resposta da Rússia tem sido utilizar esses desafios externos como estímulos adicionais para “aumentar a estabilidade da sua economia, mobilizar a criatividade das empresas nacionais, modernizar a produção e diversificar os laços econômicos”.

“Conseguimos em grande medida adaptar-nos aos desafios externos e virar a situação a nosso favor, bem como lançar programas de substituição de importações e de desenvolvimento de indústrias internas avançadas e competitivas”, afirmou.

Zakharova destacou ainda que o frenesi de sanções de Washington – não só contra a Rússia – está tornando “ainda mais duvidosa” a fiabilidade das transações



“Sob as sanções, a Rússia modernizou a produção e substituiu importações”, disse a porta-voz Maria Zakharova

em dólares e se referiu à desdolarização.

“O abandono gradual da configuração do sistema monetário mundial centrado nos EUA é uma resposta objetiva a uma combinação de fatores”, assinalou.

Nessa direção, apontou, Rússia tem propugnado passos consistentes com os parceiros comerciais para “fortalecer o uso das moedas nacionais” e criar sistemas de pagamento não submetidos a Washington.

“Dado o fato óbvio de que as sanções anti-Rússia são uma arma de dois gumes que não inflige menos danos aos que a empunham, esperamos que o bom senso prevaleça e que os nossos parceiros voltem a construir laços conosco, confiando nos princípios da justiça e igualdade e renunciando ao ‘direito do mais forte’ e à ingerência nos assuntos soberanos de outros Estados”, afirmou Zakharova.

Na capital dos EUA, a porta-voz do governo Biden, Jen Psaki, admitiu que o

gasoduto Nord Stream 2 está “95% pronto” e que Washington não tem mais como impedi-lo.

Zakharova afirmou que o frenesi de sanções “infelizmente se tornou uma realidade do nosso tempo”, que atribuiu ao inconformismo desses círculos ocidentais diante dos “êxitos óbvios da economia russa, que está se tornando mais competitiva, internacionalmente, e a maior presença de bens e serviços russos de alta qualidade nos mercados mundiais”.

Zakharova salientou que “a prática viciosa de impor restrições políticas e econômicas unilaterais, especialmente a aplicação extraterritorial de tais medidas, é uma infração à soberania dos Estados e uma interferência em seus assuntos internos destinada a manter, a qualquer custo, sua posição dominante na economia global e na política internacional, que estão perdendo gradualmente”.

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br

China divulga primeiras fotos direto de Marte

A Agência Nacional Espacial da China (CNSA) divulgou na quarta-feira (19) as primeiras fotos enviadas pelo veículo robótico [rover] Zhurong direto de Marte, que pousou no fim de semana no planeta vermelho, em uma operação que mereceu da revista Scientific American o comentário de que se tratava da “mais recente conquista do programa espacial da China”. A China “mostrou seu espírito de luta”.

As imagens mostram a implantação da plataforma de pouso, rampa de embarque do rover, asa solar, antena e outros mecanismos. O rover está realizando os preparativos antes de deixar a plataforma de pouso e iniciar sua missão. As fotos também mostram que o terreno à frente está livre.

O Zhurong tem cerca de 1,8 metros de altura e pesa 240 quilos. Ele está bem equipado para sua missão, com um arsenal de câmeras, radar de penetração no solo, estação meteorológica, detector de campo magnético, além de um instrumental para avaliar a composição química de rochas e outras partículas.

O pouso bem-sucedido demonstra que a China dominou uma série de tecnologias complexas para a aterrissagem



Rover chinês Zhurong já pousado em Marte (CNSA)

segura em Marte. Como assinalou a Rádio China Internacional (RCI), com a Tianwei-1 em órbita desde fevereiro e o pouso em Marte do Zhurong, que estava a bordo da sonda espacial, “a exploração interplanetária da China alcançou um salto histórico do sistema Terra-Lua para a área interplanetária”.

O feito chinês recebeu os parabéns da NASA, da Agência Espacial Federal Russa, da Agência Espacial Europeia (ESA) e de outras instituições espaciais e mereceu destaque na mídia internacional.

O Wall Street Journal registrou que depois de ser banida dos programas relacionados à NASA pelos Estados

Unidos – Washington vetou sua participação na Estação Espacial Internacional (ISS) –, a China teve que realizar sozinho a exploração espacial, mas por meios de seus esforços durante muito tempo está agora na vanguarda da área.

De fato, destaca a RCI, o pouso bem-sucedido da sonda Tianwei-1 em Marte “não é apenas uma honra tecnológica para a China, mas também possui um significado importante para o mundo inteiro”.

“Nos âmbitos científico e tecnológico, pousar em Marte é um passo importante na exploração do universo pela humanidade.”

Leia mais no site do HP

“A China honrou seu compromisso fornecendo vacinas gratuitas a 80 países e exportando para outros 43 países”, declarou o líder chinês ao G20

“Conseguir uma vitória contra a Covid-19 e restaurar o crescimento econômico continua a ser a principal prioridade para a comunidade internacional”, afirmou por videoconferência o presidente chinês Xi Jinping à Cúpula Global da Saúde, promovida na sexta-feira (21) pelo G20 – as 20 maiores economias do planeta – por iniciativa da Itália, país que preside o grupo no momento, em parceria com a União Europeia.

O evento, além de fazer um balanço das ações da cúpula extraordinária do G20 sobre a Covid-19 do ano passado, também serve como uma mostra do que estará em debate na 74ª Assembleia Mundial da Saúde, o órgão máximo da Organização Mundial da Saúde (OMS), ligada à ONU, na próxima semana.

Em seu pronunciamento, Xi reiterou que “apesar da capacidade de produção limitada e da enorme demanda interna, a China honrou seu compromisso fornecendo vacinas gratuitas para mais de 80 países em desenvolvimento e exportando vacinas para 43 países”. O que somou “300 milhões de doses de vacina”, com a determinação de Pequim de fornecer “ainda mais, com o melhor de sua capacidade”.

ABRIR PATENTES

O presidente Xi ressaltou que a China – que foi pioneira no anúncio da disposição de tornar as vacinas contra a Covid-19 bens públicos globais, ou seja, renúncia dos direitos de propriedade intelectual – “apóia a Organização Mundial do Comércio na tomada de decisão sobre a questão o mais breve possível”.

Ele expressou também o apoio da China às suas empresas de vacina “na transferência de tecnologias para outros países em desenvolvimento e na realização da produção conjunta com eles”.

Xi informou que a China enviou suprimentos médicos para mais de 150 países e 13 organizações internacionais, fornecendo mais de 280 bilhões de máscaras, 3,4 bilhões de roupas de proteção e 4 bilhões de kits de teste para o mundo, nesse enfrentamento da pandemia.

O presidente fez questão de registrar a cooperação estabelecida entre hospitais chineses e 41 hospitais africanos, assim como o início da construção da sede do CDC (centro de combate às epidemias) no continente africano, com assistência de Pequim. Outro passo importante foi o projeto conjunto China-ONU para estabelecer na China um centro e depósito de resposta humanitária global.

“Vamos dar as mãos e ficar ombro a ombro uns com os outros para avançar firmemente na cooperação internacional contra a Covid-19, construir uma comunidade global de saúde para todos e trabalhar por um futuro mais saudável e brilhante para a humanidade”, convocou.

COOPERAÇÃO GLOBAL

Após saudar os anfitriões, o primeiro-ministro italiano Mario Draghi e a presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen, o presidente Xi instou o G20 a “assumir responsabilidades na cooperação global contra o vírus” visando reforçar a capacidade de “fazer frente a grandes emergências de saúde pública” e elencou “cinco pontos prioritários de ação”.

“Primeiro, devemos colocar as pessoas e suas vidas em primeiro lugar, demonstrar um grande senso de responsabilidade política e coragem e dar respostas

extraordinárias a um desafio extraordinário”, afirmou.

“Nenhum esforço deve ser medido para atender todos os casos, salvar todos os pacientes e respeitar verdadeiramente o valor e a dignidade de cada vida humana”, enfatizou Xi.

RESPOSTA DA CIÊNCIA

“Em segundo lugar, devemos seguir políticas baseadas na ciência e garantir uma resposta coordenada e sistêmica. Diante dessa nova doença infecciosa, devemos defender o espírito da ciência, adotar uma abordagem baseada na ciência e seguir a lei da ciência”, afirmou Xi.

Para o presidente chinês, a luta contra a Covid-19 é “uma guerra total que exige uma resposta sistêmica para coordenar as intervenções farmacológicas e não farmacológicas, as medidas de emergência e garantir o controle da epidemia e o desenvolvimento socioeconômico”.

Xi chamou os membros do G20 a “adotarem políticas macroeconômicas responsáveis e a intensificarem a coordenação para manter as cadeias industriais e de abastecimento globais seguras e sem problemas”. Ele pediu, ainda, a suspensão da dívida dos países em desenvolvimento vulneráveis e a concessão de ajuda internacional a esses países.

“Terceiro, devemos permanecer juntos e promover a solidariedade e a cooperação”, ressaltou Xi. “A pandemia é mais um lembrete de que nós, humanidade, nos erguemos e caímos juntos, com um futuro compartilhado”, destacou.

“Confrontados por uma pandemia como a Covid-19, devemos defender a visão de construir uma comunidade global de saúde para todos e rejeitar firmemente qualquer tentativa de politizar, rotular ou estigmatizar o vírus”, assinalou.

APARTHEID DAS VACINAS

“Quarto, devemos defender a justiça e a equidade ao nos esforçarmos para eliminar a lacuna de imunização”, conclamou o presidente Xi, lembrando ter proposto há um ano que as vacinas se tornassem “um bem público global”.

“Hoje, o problema da vacinação desigual tornou-se mais agudo”, advertiu Xi, chamando a rejeitar o chauvinismo das vacinas e a encontrar “soluções para produção e distribuição de vacinas, a fim de torná-las mais acessíveis e menos onerosas aos países em desenvolvimento”.

Xi também convocou os principais países responsáveis pelo desenvolvimento e produção dos imunizantes a assumirem sua responsabilidade de fornecer mais vacinas aos demais países e autorizarem sua produção em mais países. Ele também pediu às “instituições financeiras multilaterais” apoio para a aquisição de vacinas pelos países em desenvolvimento.

FORTALECER ONU E OMS

Em quinto, Xi assinalou que a pandemia é um teste extensivo do sistema de governança de saúde global e propôs “fortalecer e alavancar o papel da ONU e da OMS e melhorar o sistema global de prevenção e controle de doenças para melhor prevenir e responder a futuras pandemias”. Governança que precisa de “ampla consulta e benefícios compartilhados”, acrescentou.

Ele instou, ainda, a aumentar “nossa capacidade de monitoramento, alerta precoce e resposta a emergências, nossa capacidade de tratamento de grandes pandemias, de combate à desinformação e de apoio aos países em desenvolvimento”.

O rosário de mentiras de Pazuello na CPI da Covid

Se o show de Araújo foi o da impostura e tergiversação, o de Pazuello foi o da mentira e do embuste. Pagará um preço caro por isso, já deixaram claro os senadores que estão dispostos a apresentar uma conclusão séria e consequente da CPI

O ex-ministro Eduardo Pazuello, durante o seu depoimento à CPI da Covid-19 no Senado Federal, negou qualquer interferência do presidente Jair Bolsonaro no Ministério da Saúde no período em que esteve à frente daquela pasta.

Disse ele:

– Em momento algum o presidente da República me orientou ou me encaminhou ou me deu ordem para fazer nada diferente do que eu já estava fazendo. Nada. Absolutamente nada. As minhas posições e as minhas ações nunca foram contrapostas pelo presidente. Em nenhum momento o presidente me desautorizou ou me orientou a fazer qualquer coisa diferente do que eu estava fazendo.

COMPRA DA VACINA CORONAVAC

Pazuello afirmou durante o seu depoimento que “nunca foi desautorizado” por Bolsonaro e “nunca o presidente da República mandou eu desfazer qualquer contrato” na aquisição da vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a Sinovac.

Em outubro de 2020, o então ministro anunciou protocolo de intenção de compra de 46 milhões de doses da CoronaVac.

Um dia depois, Bolsonaro disse que o governo federal não iria adquirir “vacina da China”: “Ele [Pazuello] tem um protocolo de intenções, já mandei cancelar se ele assinou. Já mandei cancelar. O presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade. Até porque estaria comprando uma vacina que ninguém está interessado por ela, a não ser nós”.

O Ministério, então, voltou atrás e anunciou que “não há intenção de compra de vacinas chinesas”. Depois, Pazuello participou de uma transmissão ao vivo ao lado do presidente — ambos sem máscara — e afirmou que “senhores, é simples assim: um manda e o outro obedece”.

Nada melhor do que esse episódio para entender o que representou a passagem trágica do general como ministro da Saúde.

Mas temos outros, que seguem a mesma lógica.

ISOLAMENTO SOCIAL

Pazuello afirmou na CPI da Covid que sempre defendeu isolamento social.

– Eu sempre me posicionei da mesma forma: medidas preventivas, incluindo aí o distanciamento social necessário em cada situação. Essa era a minha posição em todas as nossas ações de comunicação”, sentenciou.

Ainda em maio do ano passado, o então ministro interno foi alertado pelo comitê técnico da pasta que, sem isolamento social efetivo, o país poderia levar até dois anos para controlar a pandemia, mas Pazuello preferiu ignorar o alerta e orientou a reabertura das atividades econômicas e, três semanas depois da reunião, o Ministério publicou uma portaria sobre o retorno



das atividades, enfatizando seus benefícios.

No mesmo período, Bolsonaro também defendeu a manutenção dessas atividades: “O governo federal, se depender de nós, estava tudo aberto com isolamento vertical e ponto final”, afirmou – e não se fala mais nisso.

CRISE DE OXIGÊNIO EM MANAUS

Durante seu depoimento, Pazuello disse que ficou sabendo da crise em Manaus no dia 10 de janeiro.

– Fiquei sabendo no dia 10 [de janeiro] à noite, em uma reunião com o governador [de Manaus] e secretário de Saúde [...] Chegamos no dia 10, no dia 11 abrimos o Centro Integrado de Coordenação e Controle e na sequência, no dia 12, começaram a chegar as aeronaves trazendo mais oxigênio”, disse o ex-ministro.

No entanto, quando estava à frente da pasta, em janeiro e fevereiro deste ano, o Ministério da Saúde mudou por três vezes a data em que foi informado sobre o colapso de oxigênio em Manaus: 8, 10 e 17 de janeiro.

Pazuello comunicou à Polícia Federal, no dia 4 de fevereiro, que não foi informado sobre a falta de oxigênio em Manaus no dia 8 de janeiro, e sim dois dias depois, no dia 10, na véspera da viagem que fez a Manaus. O fornecimento de oxigênio hospitalar entrou em colapso na cidade logo depois, nos dias 14 e 15 de janeiro.

No entanto, a versão contradiz um documento oficial entregue pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao STF, assinado pelo advogado geral, José Levi. Ele afirmou que o Ministério da Saúde ficou sabendo da falta de oxigênio em Manaus no dia 8, pela White Martins. No dia 18 de janeiro, o então ministro mudou a versão inicial e disse que foi avisado pela empresa fornecedora no dia 8 de janeiro.

Em 28 de janeiro, o Ministério da Saúde mudou a data novamente. Em documento com pedido de retificação enviado ao STF, Pazuello disse que só foi informado no dia 17 de janeiro.

LIMITAÇÕES DAS AÇÕES POR PARTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O ex-ministro afirmou à CPI:

– Não há possibilidade de o Ministério da Saúde interferir na execução das ações de estado da saúde sem usurpar competências dos estados e municípios. Isso seria possível no caso de intervenção federal em algum estado”.

Todavia, isso não impediu que, em 7 de maio de 2021, a secretária da Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde do ministério, Mayra Pinheiro - cujo depoimento será colhido



O ex-ministro da Saúde na CPI da Pandemia. Foto: Leopoldo Silva - Agência Senado

esta semana pela CPI -, afirmou que visitou Manaus em janeiro para difundir o uso de cloroquina entre médicos da capital manauara.

A integrante da equipe de Pazuello visitou unidades de saúde em Manaus pouco antes do colapso na saúde pública do Amazonas, em janeiro, que levou mais de 30 pessoas a morrerem por falta de oxigênio em dois dias.

Em depoimento ao Ministério Público Federal (MPF), Mayara afirmou que o objetivo da missão da equipe era orientar os colegas médicos. Entre as recomendações estava o uso de cloroquina e hidroxiquina para tratar a Covid-19. Tanto a cloroquina como a hidroxiquina já tiveram sua ineficácia comprovada em diversos estudos científicos.

APLICATIVO PARA DIFUNDIR A CLOROQUINA

Ao falar à CPI sobre o aplicativo TrateCOV, uma plataforma protótipo para “facilitar o diagnóstico clínico feito pelo médico”, ou seja, desenvolvida com o claro objetivo de difundir a cloroquina e outras drogas comprovadamente ineficazes no combate à pandemia, Pazuello sentenciou:

– Essa plataforma foi mostrada no dia 11, em Manaus, em desenvolvimento. Era um protótipo e não foi distribuída aos médicos.

Segundo ele, quem decidiu pelo uso da plataforma foi a mesma Mayra Pinheiro.

– Quem determinou foi a secretária Mayra. Ela me trouxe como sugestão, quando voltou de Manaus no dia 6 de janeiro, que poderia utilizar um aplicativo, uma plataforma que já é desenvolvida para isso, para facilitar o diagnóstico clínico feito pelo médico. E que ela iria iniciar esse trabalho para fechar essa plataforma.

Entretanto, no dia 11 de janeiro, durante um evento em Manaus, o Ministério da Saúde lançou o aplicativo TrateCOV, cujo evento foi noticiado pela TV Brasil.

O então ministro defendeu o chamado tratamento precoce.

– O diagnóstico não é do

teste, é do profissional médico. O tratamento, a prescrição, é do médico. E a orientação é precoce. E essa é a orientação de todos os conselhos de medicina”.

Manaus e os manauaras foram escolhidos como “cobaías”, como denunciaram, em tom de muita revolta, durante o depoimento de Pazuello à CPI, os senadores Omar Aziz e Eduardo Braga: “cobaías” do aplicativo e “cobaías” do tratamento precoce. Na capital amazonense, 342 profissionais de saúde já haviam sido habilitados para operar a TrateCOV, cuja plataforma recomendava explicitamente “tratamento precoce” com os medicamentos sabidamente ineficientes no combate à Covid-19: cloroquina, azitromicina e hidroxiquina.

Segundo especialista, o código do aplicativo estava programado para recomendar o uso dos medicamentos no tratamento precoce aos pacientes independentemente de alguns campos preenchidos, o que certamente explica o crescimento exponencial das mortes naquele estado.

Devido à repercussão negativa do fato, a plataforma saiu do ar no dia 21 de janeiro.

PAZUELLO, O LUGAR-TENENTE DE BOLSONARO

Em meio ao mar de embustes e mentiras destiladas por ele ao longo de seu depoimento à CPI da Covid-19, até o momento de sua suspensão, com certeza, uma verdade: Bolsonaro nunca passou a mão no telefone e ligou para o seu subordinado e disse: “Pazuello, não quero que você compre a vacina da CoronaVac, a vacina do Dória, tá ok?”

O ex-ministro é daqueles que seguem as ordens até por telepatia, algo que, certamente, não é comum nem mesmo no meio militar, onde a disciplina e a hierarquia são valores muito poderosos. A frase “um manda e outro obedece” não foi pronunciada à toa. Ele conhecia Bolsonaro o suficiente para saber o que podia e o que não podia fazer no comando do Ministério da Saúde, e fez tudo que o chefe mandou ou não mandou diretamente.

A partir da frustração da solicitação ao Butantan encomendando as 46 milhões de

doses da CoronaVac, o general entendeu a mensagem e passou a seguir cegamente as ordens do capitão.

Pazuello foi a própria encarnação de Bolsonaro no Ministério no período mais crítico da pandemia, papel negado pelos ex-ministros Mandetta e Teich.

O lado quase cômico, não fosse igualmente trágico, foi quando entrou em defesa das atitudes do presidente de desacato às medidas de prevenção contra a Covid-19, como o desrespeito ao isolamento social e ao uso de máscaras, e o incentivo às aglomerações, práticas nada recomendadas pela OMS e as autoridades sanitárias em todo mundo.

Afirmou o indulgente Pazuello:

– Eu acredito, e ai vem uma posição muito pessoal minha, que o presidente da República ele tem, na cabeça dele, outros pensamentos quando ele tá agindo dessa forma. Ele está, na minha visão, tratando também a parte do psicossocial, a parte da posição do povo em acreditar que isso aí vai passar. Isso aí é uma análise minha, não quero dizer que isso seja uma análise dele. O presidente tem que ver todos os prismas. Eu vi os prismas da Saúde”.

O fato é que Pazuello, em sua passagem funesta pelo Ministério, não viu “prisma” nenhum, muito menos os da Saúde proclamados pela sua soberba.

Os números falam por si mesmo: quando Pazuello assumiu o Ministério, em 16 de maio, o Brasil acumulava 233 mil casos e 15.633 mortes associadas à Covid-19. No dia 15 de março deste ano, quando o substituto do general foi anunciado, o número de casos passava de 11,5 milhões e o de mortes se aproximava de 280 mil, com o país ocupando o segundo lugar entre as nações com mais óbitos na pandemia.

Mais grave é atribuir a Bolsonaro a capacidade de agir em função de algum interesse “psicossocial”, quando as ações e omissões do capitão estiveram cronicamente dirigidas à propagação deliberada do vírus para atingir o estágio da imunidade de rebanho, a despeito do preço em vidas e em sacrifício do povo brasileiro.

O colunista Josias de Souza foi preciso em sua análise do

perfil do general: “Ele tem um certo ‘embromation’, que é uma característica dele. Você pergunta A e ele responde B, C, D e vai até o Z, sem fornecer a resposta que você queria obter dele”.

Foi isso.

Se o show de Araújo foi o da impostura e tergiversação, o de Pazuello foi o da mentira e do embuste.

Pagará um preço caro por isso, já deixaram claro os senadores que estão dispostos a apresentar uma conclusão séria e consequente da CPI.

Ao final do depoimento inconcluso, um registro necessário, feito de forma irônica pelo ex-ministro Mandetta, diante de um general que afirmou, presunçosamente, como é de seu feitio, ter deixado o cargo por ter sua “missão cumprida”:

– “Dia D, hora H. Omissão cumprida”.

SÍNDROME VASOVAGAL

O presidente da CPI, senador Omar Aziz, comunicou que a Comissão teve seus trabalhos suspensos em razão da sessão do plenário do Senado Federal, cuja ordem-do-dia, iniciada, suspende, regimentalmente, todas as comissões, permanentes ou provisórias, em funcionamento.

O senador e médico Otto Alencar, após atender Pazuello que sentiu-se mal após a suspensão dos trabalhos do colegiado, declarou:

– Nós já fizemos o atendimento. Ele estava muito pálido, tonto. Ele teve uma síndrome vasovagal. O sangue deixa muito o cérebro, perde a consciência, fica tonto, e estava muito pálido, e a pressão caiu também. Deitamos ele no sofá, o sangue refluíu para o cérebro, ele ficou corado, se recuperou, estava respirando muito bem, podia perfeitamente continuar a oitiva. Foi suspenso (o depoimento), mas não foi por nenhuma sequela.

Especialistas informam que a síndrome vasovagal leva a uma situação em que o sujeito não luta, mas não consegue fugir. Aí, a solução é o desmaio, a síncope. Precisamente, o caso de Pazuello, um general. Imagine se estivesse em um campo de batalha...

MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA